----------ATA Nº. 30----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2021: Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 29; ----------

2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

3) Proposta n.º 51/2021 – Medidas excecionais de apoio no âmbito da Pandemia da doença Covid-19 – Proposta de aprovação de suspensão, a título excecional e temporário, da norma do artigo 25.º Regulamento Municipal das Atividades de Comércio a Retalho Não Sedentário exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes e de prestação de Serviços de Restauração ou de Bebidas Não Sedentário – Prorrogação até final do ano de 2021 – ratificação; ----------

4) Proposta n.º 52/2021 – Medidas excecionais de apoio no âmbito da Pandemia da doença Covid-19 – Isenção de Taxas – Prorrogação até final do ano de 2021 – ratificação; ----------

5) LCA – Leal Carreira e Associados SROC Lda. – Parecer do Auditor Externo/Certificação Legal de Contas 2020; ----------

6) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

7) Proposta n.º 53/2021 – Contrato Interadministrativo – Disponibilização de verba para aquisição de quota-parte indivisa (1/6) do imóvel inscrito na matriz da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, sob o artigo 152 - ratificação; -

8) Proposta n.º 54/2021 - Inventário e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2020; ----------

9) Proposta n.º 57/2021 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal - ratificação; ----------

10) Regulamento Interno do Mercado Municipal da Pampilhosa – Aprovação final; --

11) Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da "Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz"; ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pela Senhora Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel

Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Susana Catarina Simões de Almeida, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Jorge Manuel Ferreira Rama e Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, tendo sido substituídos por Rúben Batista Fernandes, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte e Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, respetivamente. O Senhor Deputado Municipal, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, não esteve presente. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice - Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo-se inscrito a Senhora Olga Maria Conceição Santos Coelho e o Senhor Filipe da Silva. ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Olga Maria Conceição Santos Coelho que disse que era professora de Educação Especial no Agrupamento de Escolas da Mealhada e o motivo por que intervinha era Vicente Ramos, seu aluno com distrofia neuromuscular de Duchenne, doença de que é portador e que evolui muito depressa, deslocando-se em cadeira de rodas elétrica, e que a Escola Básica Nº 2 que o mesmo frequenta não reúne condições de acessibilidade e desde dois mil e dezoito que este aluno aguarda que elas sejam criadas e que são da responsabilidade da autarquia da Mealhada. A sua inclusão não é plena, estando-lhe vedado o acesso à escola e à convivência com os seus pares, sendo que a educação, essa, a escola tem-se empenhado em fazer-lha chegar. Questionou para quando o piso de circulação no espaço escolar e outras obras de acessibilidade, já que no terceiro período que decorria o aluno não pôde frequentar a escola e setembro não tardará muito. Finalizou sublinhando que querem o Vicente com os seus pares e também uma escola inclusiva. (inicio: após 5 minutos; fim: após 8 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que no uso da mesma, referiu que se trata de um caso complicado mas muito justamente reivindicado por todos. Prosseguiu dizendo que já forma feitas algumas coisas, como uma sala de aula própria e igualmente casa de banho, e que o trabalho realizado tinha até sido elogiado por especialistas da Universidade de Coimbra, mas infelizmente a obras não foram concluídas e como no próximo ano letivo o aluno iria

frequentar a Escola Secundária, a questão das acessibilidades seria tratada. (inicio: após 8 minutos; fim: após 10 minutos) ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Filipe da Silva iniciou por mostrar contentamento pelo projeto que está a arrancar das bicicletas, mas questionava que sendo um projeto participativo, como podia envolver-se no mesmo. Perguntou de seguida como foram escolhidos os locais das estações de recolha das bicicletas, indagando ainda qual é o público-alvo desta iniciativa. (inicio: após 11 minutos; fim: após 13 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à Senhora Chefe de Gabinete Daniela Herculano, que no uso da mesma, referiu que o projeto Mealhada+ é um projeto colaborativo mas que não se esgota num sistema de bicicletas partilhadas. Ele compreende três ações: uma primeira ação que é designado o Edubike, destinado às escolas do primeiro ciclo e aos jardins-de-infância; uma segunda atividade que é Mealhada Bike Lab que é o processo participativo, que consiste em construir um sistema de bicicletas partilhadas começando pela construção de um logotipo baseado num concurso de ideias, e que posteriormente foram as normas colocadas a discussão pública, onde foram recebidas seis participações num total de vinte e quatro contributos. Atualmente está numa fase de teste das bicicletas, em que participaram cerca de cerca de cento e trinta jovens da Escola Profissional e da Escola Secundária e, no dia de ontem o projeto foi aberto à comunidade. Aquilo que encontra no site da Bipe-Bipe é um sistema de comunicação porque este processo participativo tem origem anterior. Trata-se de um projeto-piloto e os dois locais foram identificados em acordo com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas e com as necessidades das estações de bicicletas, ou seja, tinham que ter um sistema elétrico e tinham que ter proximidade a um acesso de Internet rápido e, com base nisso, foram identificados aqueles dois locais, porque é também necessário sempre alguém permanentemente a vigiar as bicicletas ou entregar os cartões, não significando isso que o projeto não seja alargado a outros pontos do Concelho. Trata-se de um projeto do Fundo Ambiental e por esse motivo é um projeto totalmente gratuito nesta fase e nos próximos cinco anos, o que não quer dizer que as novas estações e as novas bicicletas que possam vir a ser adquiridas no futuro, não se possa definir um preço mas serão decisões tomadas na altura pelo executivo municipal. Finalizou dizendo que existem normas que estão a ser testadas mas ainda não existe um regulamento municipal, e que só vai ser proposto depois desta fase de testes terminar, no dia vinte e oito de agosto. (inicio: após 13 minutos; fim: após 16 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e João Manuel Lima Louceiro. ----------

Ato contínuo a Senhora Presidente da Mesa submeteu a votação a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos, discutido em reunião do executivo já depois do envio da convocatória e com o assunto "*Proposta n.º 68/2021 - Acordo de Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-regional - Nova Minuta*", tendo sido de seguida interpelada a Mesa pelo Senhor Deputado Municipal João Louceiro, a quem foi dada a palavra, cuja intervenção se transcreve: ----------
"*Interpelação à mesa sobre a orientação dos trabalhos (art.º 43.º do Regimento da AMM).* ----------
Este pedido de inclusão na sessão chegou com pouco mais de 24 de antecedência, prejudicando a preparação da sessão, a discussão e formação de opinião. Não é ilegal e às vezes é inevitável; mas não é "normal", a repetição destes episódios. ---
A proposta foi enviada à mesa e, por aí, aos eleitos, sem qualquer fundamentação para a pressa (a desvalorização da fundamentação de algumas propostas também é uma crítica que temos feito). A fundamentação que a lei exige para a urgência tem de ser reconhecida por dois terços da assembleia, para que um assunto não previsto possa ser acrescentado. Não foi antecipadamente apresentada. O espírito parece ser: se a câmara e o seu presidente acham urgente, é porque é... ----------
É importante podermos ponderar os fundamentos para a necessidade de tratamento urgente e inadiável da proposta. Ou não? Não é assim que se devem tratar estes assuntos, nem é assim que deve ser tratado este órgão autárquico. ----------
Solicitamos à mesa que se pronuncie sobre esta questão. Trata-se, de acordo com o art.º 43.º do regimento desta assembleia, de matéria que tem a ver com a orientação dos trabalhos, razão pela qual pedimos que se pronuncie." (inicio: após 17 minutos; fim: após 22 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, transmitiu que se está a realizar a Sessão que tinha de ser efetuada no mês de junho e que a calendarização da mesma foi feita tendo em conta a introdução deste assunto, eliminando assim a necessidade de se efetuar uma sessão extraordinária para tratar desta questão e poupando assim o que isso implicaria, sublinhando que se os Senhores Deputados Municipais entenderem pela não introdução do ponto será depois agendada sessão extraordinária para tratar o mesmo. Terminou realçando que não se trata de leviandade nem desconsideração para com os temas, nem que não exista tempo de reflexão ou discussão, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara quanto à urgência do tema, o qual referiu que a urgência foi pedida pela Comunidade Intermunicipal de Coimbra. (inicio: após 22 minutos; fim: após 26 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa colocou a votação a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Raúl Isidro da Silva Oliveira

Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos, Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, Rúben Batista Fernandes, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte e Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro, e será tratado como ponto 12 na Ordem de Trabalhos. (inicio: após 26 minutos; fim: após 28 minutos) ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Pedro Ferreira, que no uso da mesma, questionou o que é o projeto SIT FLexi, o que é e se vai abarcar todas as aldeias. Indagou também quanto à previsão de tempo para a realização das obras pendentes no Jardim de Infância da Quinta do Valongo, perguntando de seguida acerca do ponto de situação relativamente ao Polo de Saúde da Vacariça e como irá o Município ajudar com a questão. Finalizou inquirindo acerca do Regadio de Santa Cristina e do Regadio Luso, Vacariça, Mealhada. (inicio: após 29 minutos; fim: após 30 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o SIT FLexi é um projeto piloto da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal de Coimbra que terá uma participação relativamente reduzida do Município da Mealhada mas que está em discussão e certamente haverá alterações ao inicialmente proposto. Quanto ao Jardim de Infância da Quinta do Valongo as obras, pintura e colocação de porta, serão feitas quando a escola estiver encerrada, para férias dos alunos e dos professores. Relativamente ao Polo de Saúde da Vacariça, ocorreu uma reunião com a ARS e, como já foi comunicado ao Senhor Doutor Rui Ribeiro, responsável pela USF do Cértoma, foi encontrada a solução com a disponibilização de uma administrativa, que era o problema, para que a Extensão de Saúde da Vacariça possa estar aberta dois ou três dias por semana. Quanto ao Regadio de Santa Cristina, o mesmo já foi adjudicado e a obra já terá começado, e relativamente ao Regadio Luso, Vacariça, Mealhada o projeto está pronto e será lançado concurso público ainda antes de terminar o mandato. (inicio: após 30 minutos; fim: após 35 minutos) ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Veiga, que começou por entregar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um flyer, tendo sido alertado pela Senhora Presidente da Mesa que qualquer documento teria que ser entregue à Mesa, sendo o mesmo relativo ao projeto do transporte acessível, pedindo de seguida explicação para a exclusão da Freguesia de Casal Comba do projeto. Questionou de seguida se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento da situação que se passa com o estacionamento e se existiu ou não delegação de competências nesta matéria, e a justificação invocada pela GNR para multar na Freguesia de Casal Comba, e se iria fazer algo em relação a isso. Finalizou dando os parabéns à Senhora Presidente da Mesa, pelos anos em que presidiu a Assembleia Municipal, salientando que só o perturba uma votação de 2018 e as consequências que daí advirão, isto após leitura do despacho de acusação remetido pelo Tribunal de Instrução de Aveiro. (inicio:

após 36 minutos; fim: após 42 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o projeto do transporte acessível nasce pela Comunidade Intermunicipal e está em permanente discussão, continuando por dizer que a CIM deu parecer negativo a incluir no programa quem tivesse acessibilidade ferroviária. Quanto ao estacionamento referiu que o Município aceitou as competências porque a isso era obrigada, no cumprimento do que diz a Lei, sendo que o assunto seria conversado com a GNR no sentido de atuar de maneira mais pedagógica. Continuou dizendo que quanto ao processo citado estava de consciência tranquila e que caso fosse acusado de algo abandonaria o cargo que ocupa na Câmara Municipal porque tinha essa bravura, porque há quem não tenha a coragem de ter sido eleito por um partido e hoje fazer parte de um movimento publicamente e não ter pedido a demissão e isso era covardia, era falta de coluna vertebral, continuando por clarificar que o processo se iniciou por denúncias anónimas e quando as entidades policiais se deslocaram à Câmara Municipal lhes foi dada toda a ajuda necessária e disponível e que consultadas as suas contas bancárias nenhum indício de ilegalidade foi encontrado, não tendo nada do que se envergonhar e sempre ajudou quem pôde. Finalizou dizendo que aquando das buscas das entidades policiais foi também solicitado esclarecimentos acerca do processo de aquisição da Quinta do Murtal, referindo que se tratavam de denúncias anónimas que o acusavam de aproveitamento nesse negócio, tendo o mesmo sido concretizado com recursos próprios do Município e com objetivos fixados em Ata, e que outra denuncia anónima ocorreu mas não iria dissecar mais o assunto. (inicio: após 42 minutos; fim: após 55 minutos) ----------
3) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, que leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"1 ano depois da aprovação...Sessão em Streaming! ----------
O Bloco de Esquerda ficou agradado quando recebeu a convocatória a informar que a sessão seria realizada aqui no cineteatro messias, peca por um ano de atraso, pois quando se voltaram a fazer sessões presenciais, podiam-se ter realizado aqui, em vez de ir para a Escola Profissional. ----------
Congratulamo-nos hoje de modo especial porque ao fim de 4 anos, temos esta sessão transmitida em streaming. Aliás faz hoje precisamente 1 ano que a nossa proposta foi aprovada (dia 29 de junho de 2020). Apesar de ter demorado um ano a ser implementada, estamos satisfeitos, pois finalmente a casa da democracia fica mais acessível aos munícipes e é dado um passo importante para uma maior transparência. Temos orgulho de ter protagonizado este combate; nunca tivemos dúvidas de que o caminho por uma democracia mais participada era por aqui que se fazia. ----------
Jardim Municipal da Pampilhosa ----------
Sabemos que a obra do Jardim Municipal da Pampilhosa está concluída, foi feito um investimento de mais de 120 mil euros, colocaram novo mobiliário urbano,

pavimentação está boa, com instalações sanitárias. Contudo, temos algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas, que são as seguintes: ----------

- *Quando é que as instalações sanitárias vão estar abertas? Quem vai garantir a limpeza dos mesmos? De quem foi a responsabilidade da escolha do local das instalações sanitárias? Consideramos que eram essenciais, mas a escolha do sítio não nos parece a mais feliz, logo na entrada principal... ----------*
- *O equipamento para as crianças vai se manter só aquele ou vão adquirir novos equipamentos? Os equipamentos que lá estão, diria que dão no máximo para crianças com 2 anos, no máximo 3 anos... ----------*

Assistimos diariamente nas últimas semanas a uma "Ação propagandista para cidadão ver" por parte do nosso município, onde constatamos que os problemas sociais (as desigualdades), a falta de investimentos nas Unidades de Saúde Familiar (USF) e na suposta "mobilidade flexível em Mealhada" é por demais gritante. Um concelho de todos os Mealhadenses onde só alguns cidadãos podem ter certos privilégios e direitos, mesmo que durante apenas algum tempo, isto por falta de gestão e planeamento do nosso município. Já os deveres de todos os cidadãos, esses continuam iguais e intactos para todos, mesmo para a população envelhecida sem acesso a "nova rede de transportes" e aos cuidados de saúde durante toda a semana como todos os cidadãos contribuintes do nosso concelho devem ter. --------

Sit Flexi ----------

Foi anunciado ontem na comunicação social, um sistema de transporte a pedido. Até aqui uma excelente notícia, aliás, corresponde a uma das nossas propostas que sempre aqui defendemos desde o início. Mas o SITFLEXI, como se chama o sistema, vai ser implementado recorrendo aos táxis licenciados no concelho, pagando o munícipe um valor, sendo o restante assumido pela autarquia e pela Comunidade Intermunicipal (CIM) – Região de Coimbra. Também ficamos a saber que o munícipe pode estar na cidade às 9 h, podendo voltar a sua casa no final da manhã. É-nos dito que O SIT Flexi é um projeto financiado pelo Fundo Ambiental, que se encontra em funcionamento, desde março de 2020, nos municípios de Góis e Pampilhosa da Serra e que será alargado, agora, aos concelhos de Mealhada, Mortágua e Vila Nova de Poiares, que se pagará à volta de 170 Euros a cada táxi por um período de seis meses, altura em que se fará uma avaliação do projeto, ou seja, um período experimental. E aqui temos muitas dúvidas: ----------

Numa primeira fase de testagem de um sistema por que se discriminam logo à cabeça várias aldeias como é o caso da Vacariça, localidade já por si sempre tão abandonada, em que das 9 localidades, 6 não são abrangidas? ----------

Dá a ideia de que o objetivo foi mais fazer um anúncio de propaganda e nada mais do que isso, não se importando que durante meio ano tenhamos uma situação nada inclusiva, de haver cidadãos que têm acesso a transporte a pedido e outros não. Na Freguesia da Vacariça, a situação é insustentável. É por demais evidente o descontentamento por parte dos populares das 9 aldeias que compõem a Freguesia mais envelhecida do Concelho. Assistem nos últimos anos a vários investimentos de milhões de euros na sua sede de concelho e noutras freguesias. Exemplos:

Mercados municipais, aquisição de quintas e edifícios degradados para requalificar e para a Vacariça o investimento foi um contentor a servir de café?? Será que a Vacariça não merece um pouco mais?? É uma situação injusta e que em nada corresponde às boas práticas de inclusão que o município diz querer alcançar através de protocolos assinados. Portanto, porque não abrange este sistema todos os vários lugares das diferentes freguesias do concelho? Por que razão todos os lugares de uma freguesia tão envelhecida como a da Vacariça, não são contemplados nas 4 rotas estabelecidas? ----------

Como foi feita a escolha das 4 rotas e os dias da semana para o funcionamento do Sit Flexi? Pessoas com pensões baixas, qual o apoio que terão para poder usufruir deste serviço? O tarifário é de ida e volta ou só de uma viagem? ----------

Extensão Saúde da Vacariça ----------

Em relação ao posto médico da Vacariça, soubemos pelo promotor da iniciativa que tem sido contactado por órgãos de comunicação social para saber como evolui a situação. Após a vigília sabemos que na manhã da quarta-feira seguinte estiveram presentes mais de 15 utentes o que revela bem que é totalmente insuficiente para prestar cuidados médicos à população, já para não falar do desgaste evidente que os profissionais de saúde têm por atenderem mais utentes do que deveriam atender neste curto espaço de tempo. Passados 15 dias após a vigília são muitos os cidadãos das diversas aldeias que compõem a freguesia da Vacariça e não só, que têm questionado como está o ponto de situação, se o Sr. Presidente Rui Marqueiro já deu novidades da contratação de médicos e enfermeiros que ia fazer para a Vacariça? (Afinal a falta era de administrativo, tal era a falha de comunicação entre as entidades que se fizeram representar na vigília dos cidadãos da Vacariça). Os cidadãos da Freguesia da Vacariça estão muito atentos à evolução da implementação da Rede de transportes, cuidados de saúde etc. E aguardam com muita atenção. Desenganem-se aqueles que pensam que os cidadãos não querem saber dos seus direitos. A democracia quer-se participada e é isso que está a acontecer a bem do futuro do concelho. ----------

Bicicletas BIPE/BIPE ----------

Ficamos agradados com a "aparição" das bicicletas partilhadas na Mealhada; é bom fazermos o caminho da promoção de meios de transporte amigos do ambiente e sustentáveis. As metas europeias a isso nos obrigam e a defesa do planeta também. Mas há uma regra fundamental para a adesão a uma nova tecnologia, se não é prática ou não tem vantagens, com o tempo, ninguém utiliza. Com certeza que haver bicicletas à disposição dos munícipes é algo de positivo, mas para que isso não seja um mero anúncio pré-eleitoral é preciso fazer mais. ----------

No sistema de "estações de bicicletas", escolhido pelo vosso executivo para a Mealhada, é fundamental uma boa localização. Ora, os dois lugares, em frente à Câmara e perto do parque da cidade, indicam que isto não foi feito para incentivar o uso integral da bicicleta, talvez tenham pensado mais na perspetiva do lazer. Pois, se fosse para os cidadãos poderem aproveitar este meio alternativo de transporte,

elas estariam na estação de comboio de acordo com o princípio de mobilidade intermodal. ----------
Depois, quem normalmente anda de bicicleta já está acostumado ao trânsito. Mas para novos usuários o sentimento de insegurança pode realmente limitar a adesão à bicicleta. As ciclovias fazem parte integral da transição. Mesmo antes destas novas bicicletas, muitas pessoas já têm uma em casa que não usam por essa razão. -------
Logo, a prioridade não devia ter sido melhorar primeiro as condições do trânsito, as vias de circulação, a qualidade dos passeios, das ruas, acabando com as inúmeras barreiras arquitetónicas e construir ciclovias? Só depois disso se implementaria o sistema das bicicletas partilhadas. ----------
Perguntamos, pois, isto não foi querer começar a casa pelo telhado? ----------
Que melhoramentos nos pavimentos, passeios, ciclovias vão fazer para que andar de bicicleta possa ser seguro e não colocar nenhum cidadão em perigo?" ----------
De seguida a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, apresentou Proposta de Recomendação, que a seguir se transcreve: ----------
"Proposta de Recomendação ----------
PELA DEFESA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTIQ NO CONCELHO DA MEALHADA ----------
Considerando que: ----------
1. Desde 2019 vários países da União Europeia têm vindo a adotar legislação homofóbica e transfóbica, tendo como consequência direta o aumento dos ataques e violência contra as pessoas LGBTIQ. ----------
2. No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTIQ.
3. Em Portugal, tal como no resto da Europa têm-se visto o renascer de vários movimentos e organizações de extrema-direita, representando um verdadeiro risco de retrocesso nos direitos humanos das minorias. ----------
4. A Constituição da República Portuguesa refere no princípio da igualdade, artigo 13.º que "Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual." ----------
5. O Município da Mealhada assinou no dia 4 de junho de 2019 um Protocolo de Nova Geração que está alinhado com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a não Discriminação- "Portugal+ igual" (ENIND). ----------
6. Segundo o último Relatório de Discriminação Contra Pessoas LGBTIQ da ILGA, a rua, foi o contexto mais vezes referido como local da ocorrência da situação de discriminação ou ato de violência. ----------
7. O mesmo relatório conclui que, para além de mudanças legislativas, é essencial o "reforço de medidas de educação, formação e sensibilização" para o qual as autarquias devem contribuir ativamente, com medidas que retirem a comunidade LGBTIQ da invisibilidade. ----------

8. O Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT - International Day Against Homophobia and Transphobia) comemora-se a 17 de maio, data em que, no ano de 1992, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais. ----------
9. Neste dia pretende-se criar uma consciência global para o fenómeno da homofobia e transfobia. Todos somos chamados a contribuir para uma sociedade mais inclusiva, que rejeita todas as formas de discriminação sem violência, sem homofobia nem transfobia. Várias instituições portuguesas já assinalam este dia com o hastear da bandeira arco-íris, símbolo da luta pelos direitos das pessoas LGBTIQ. ----------
Assim, a Assembleia Municipal de Mealhada, reunida a 29 de junho de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomenda à Câmara Municipal da Mealhada que: ----------
1. Apoie solidariamente a comunidade LGBTIQ, passando a juntar-se às celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia, hasteando a bandeira arco-íris todos os anos, no dia 17 de maio, no edifício sede da Câmara Municipal. --
2. Recomende a todas as Juntas de Freguesias do concelho que hasteiem a bandeira arco-íris nos seus edifícios sede, no dia 17 de maio, como sinal de apoio aos direitos das pessoas LGBTIQ e de compromisso com a luta contra todas as formas de discriminação; ----------
3. Enviar este documento aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios, à Associação Nacional de Freguesias, à Associação ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero), à Associação Opus Gay, à AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual), à Rede Ex Aequo, às Panteras Rosa e aos órgãos de comunicação social." (inicio: após 56 minutos; fim: após 1 hora e 12 minutos) ----
A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, clarificou que, por uma questão de ordem, daria primeiro a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e depois seria votada a Proposta de Recomendação. ----------
De seguida o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que relativamente à mobilidade flexível já tinha elucidado o assunto anteriormente e quanto à Extensão de Saúde da Vacariça esclareceu que iria servir toda a Freguesia da Vacariça e que o mandato são quatro anos e não só o ultimo ano de mandato, e que na senda as boas notícias informava que a construção da ETAR da Mealhada colocou fim a um processo contraordenacional que decorria; que se lançou todo o processo para haver Mercado Municipal da Mealhada e Mercado Municipal de Pampilhosa; Jardins de Infância; Convento de Santa Cruz, no Buçaco; Intervenção a iniciar na garagem do Palace, com fundos comunitários. Terminou com a questão da colocação das bicicletas, salientando que foi comparticipado pelo Fundo Ambiental e que é um projeto a desenvolver. Sublinhou ainda que, mesmo não podendo votar, estava de acordo com a Proposta de Recomendação apresentada. De seguida remeteu para o Senhor Vice-Presidente a questão do Jardim Municipal da Pampilhosa. (inicio: após 1 hora e 12 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos) ----
De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da

Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que iniciou dizendo a Senhor Deputado Municipal Nuno Veiga que relativamente ao documento que tinha apresentado, a decisão tomada foi feita de forma convicta, consciente e apoiada e que caso seja condenado por algo, faria como o Senhor Presidente da Câmara Municipal, e sairia do Executivo Municipal no dia seguinte. Prosseguiu relativamente ao Jardim Municipal da Pampilhosa, dizendo que tudo é questionado e que tudo o que diz respeito ao citado Jardim resulta de decisões e planeamento prévio, quer sejam as casas de banho ou o tipo de equipamento, e que o mesmo está definido de acordo com o que está definido em lei para aquelas idades e que foi aprovado na altura. Continuou dizendo que estes assuntos serão tratados com a Senhora Presidente da Junta de Pampilhosa e acredita que o parque está melhor para a população usufruir, e que foi um projeto entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e com os técnicos do Município, para transmitir às pessoas melhor conforto e qualidade. (inicio: após 1 hora e 19 minutos; fim: após 1 hora e 24 minutos) --------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou a "*Proposta de Recomendação - Pela Defesa os Direitos da Comunidade LGBTIQ no Concelho da Mealhada*", apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, à votação, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruna Manuel Pereira Coimbra, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte, Luís Miguel Pereira Brandão, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Ana Paula Ribeiro Coelho, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Marilisa Morais Duarte, Isabel Dias Santiago e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. (inicio: 1 hora e 24 minutos; fim: após 1 hora e 26 minutos) ----------
Posteriormente foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que a sua abstenção não se prende com o facto de não ser absoluta defensora dos direitos da comunidade LGBTIQ, assim como de todas as comunidades discriminadas, mas sim com o facto de achar que não é com uma proposta de recomendação ou com o hastear de uma bandeira que se fará a diferença. Finalizou dizendo que a luta pela inclusão de qualquer comunidade discriminada se faz no dia-a-dia e com as atitudes e comportamento que cada assume. (inicio: após 1 hora e 26 minutos; fim: após 1 hora e 28 minutos)
Seguidamente foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Isabel Santiago, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que comunga das palavras da Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, acrescentando que existem outras comunidades com direitos igualmente legítimos e teriam igualmente direito a uma

bandeira, e quando assim fosse votaria favoravelmente. (inicio: após 1 hora e 28 minutos; fim: após 1 hora e 28 minutos) ----------
Não havendo mais pedidos de intervenção, usou da palavra a Senhora Presidente da Mesa para, como Declaração de Voto, subscrever inteiramente o que foi dito pela Senhora Deputada Municipal Paula Coelho. (inicio: após 1 hora e 29 minutos; fim: após 1 hora e 29 minutos) ----------
4) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, que leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"Caros cidadãos ----------
Ex.ª senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa ----------
Senhoras e senhores deputados da Assembleia Municipal ----------
Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores ---------
Venho neste período que me foi concedido tratar de dois ou três assuntos que me tem suscitado ao longo deste mandato vontade de intervir, mas a que tenho procurado resistir por entender que não se trata de assuntos que respeitam a ordem de trabalhos. ----------
Porém, há um tempo em que não se pode deixar que certas conversas fiquem sem a resposta adequada e, sobretudo, que certos longos monólogos fiquem sem a refutação merecida. ----------
Começo pela questão da emissão para o público das sessões presenciais deste órgão, por streaming. ----------
Recordo que a proposta partiu do Bloco de Esquerda e que a nossa bancada a apoiou desde o início. ----------
Este assunto suscitou-me sempre um enorme desconforto pelos argumentos que foram apresentados para que só agora fosse encontrada uma solução tecnológica, já que essa era a principal razão aduzida para que não houvesse emissão. ----------
Acontece que tenho experiência na matéria. ----------
Por solicitação do Hóquei Clube, participei na emissão de jogos de um torneio de seleções distritais de jovens atletas com uma equipa constituída por 3 alunos do curso profissional de técnicos de multimédia. Fizemos a transmissão em direto de 28 jogos nesse ano, durante 5 dias seguidos, repetimos nos anos seguintes, além de muitos jogos da equipa sénior. Foi possível a alunos engenhosos, com material audiovisual básico e recursos informáticos gratuitos, fazer transmissão em direto em streaming. Ainda transmiti uns jogos sozinho, com um computador, uma câmara e a ligação fornecida pelo Hóquei. ----------
Na verdade, para quem conhece a matéria, passou-se um atestado de incompetência aos funcionários da autarquia da área da informática, que não o merecem. Conheço-os, já trabalhei com eles e são bastante competentes. ----------
Não mereciam servir de desculpa às opções políticas de outros. ----------
O outro assunto que me traz aqui é a questão do ambiente e os debates baseados em paradigmas ideológicos anquilosados e que mais não fazem do que esconder os verdadeiros problemas atrás de uma cortina de verborreia e ideias falsas. ----------

É um tema que também atrai a tendência para se apresentar "medidas" com muito espetáculo e pouca consistência. ----------

Sobre este aspeto, conheço bem um município que desenhou no chão quilómetros de ciclovias, mas um condutor experiente percebe que se criaram dezenas de armadilhas aos condutores sem trazer segurança aos ciclistas. Muito menos o número destes aumentou. Mas, lá está, ganhou muitos prémios e atenção. Sempre com o argumento do ambiente, não resolvendo coisa alguma. ----------

Os problemas que conhecemos relativamente ao ambiente não é culpa nem do capitalismo, nem do socialismo ou comunismo (conforme queiram), nem da economia dirigida pelo estado, nem da economia livre baseada em empresas privadas. ----------

A partir do século XVIII, a humanidade conheceu uma industrialização crescente, que hoje abrange a maior parte dos países do mundo, assim como uma explosão demográfica que fez crescer a população mundial numa progressão brutal. ----------

Durante milénios, a economia foi essencialmente rural e de crescimento populacional baixo, com avanços e recuos. Esta situação permitiu algum equilíbrio com a natureza, sem depredações graves. Embora as houvesse aqui e ali, o impacto era muito limitado no espaço. ----------

As ameaças ao ambiente decorrem do estilo de vida que todos nós usufruímos e de que poucos querem prescindir. ----------

As armas no combate pelo ambiente residem na cultura e no uso de inteligência e não em ideologias serôdias. ----------

Assim como no debate público, sereno, informado, com recurso a gente competente, num contexto de sociedade aberta, e não a demagogos e a fanáticos, como são muitos dos "ativistas", ou, ainda, a gente com obscuros interesses financeiros. -------

Refiro a cultura porque temos todos de perceber como a natureza funciona, a sua ecologia, o custo que implica a sobre-exploração dos recursos, como usar sabiamente a tecnologia e o conhecimento. Não se chega lá com princípios ideológicos apriorísticos, quase sempre cegos, quase sempre surdos. ----------

Falo de inteligência na procura das melhores soluções, com prudência, por forma a que não se produzam ruturas graves que ponham em perigo a espécie humana. ----

Em suma, é pela cultura que percebemos os riscos que todos corremos se nada for mudado, é pela inteligência que encontramos soluções. ----------

Há propostas de grupos ditos "ecologistas" que levadas a cabo de forma generalizada implicariam graves problemas no abastecimento de produtos absolutamente básicos. Falta-lhes cultura e inteligência. ----------

Em Nova Iorque havia, a dada altura, um problema de abastecimento de água. A presentaram-se duas soluções: uma que envolvia tecnologia pesada (basicamente ETARs gigantes) e outra que implicava o uso inteligente de recursos naturais, e que consistia na preservação de um extenso lago numas montanhas, a proibição da ocupação das encostas por aglomerados humanos e condutas gigantescas para transportar a água até aos núcleos urbanos. Hoje, é este lago que abastece Nova Iorque de água potável de qualidade. Não sei se em termos de custos imediatos terá

sido a solução mais barata (implicou compra de terrenos e as tais condutas), mas em termos de médio/longo prazo é mais sustentável porque não exige o custo de manutenção dos equipamentos pesados. No fundo, utiliza os mecanismos naturais desenvolvidos há milhões de anos e a tecnologia de forma inteligente. ----------
Falou-se do princípio poluidor-pagador, segundo o qual quem polui tem de indemnizar pelo malefício que acarreta à sociedade ou de minimizar o impacto ou, em último caso, de deslocalizar. Isto é considerado por muitos um agravo ao "progresso". Esta ideia, que ainda persiste, de considerar normal e até desejável que para haver "progresso" temos de nos sujeitar obrigatoriamente aos incómodos da poluição está mais do que ultrapassada. ----------
Trabalhei por duas vezes na Portucel em Cacia, no início da década de 1980, a fábrica de papel que os mais antigos que aqui estão conhecem pelo cheiro que cá chegava de vez em quando. Nos anos 50, a fábrica foi um sinal de progresso económico, sem dúvida, num país pobre e rural. Mas trouxe também o mau cheiro e sujou a Ria. Esses impactos foram muitíssimo minimizados por via da legislação que impôs padrões ao abrigo do tal princípio do poluidor pagador. Vi o investimento feito na segunda vez que lá trabalhei e também soube o custo. A fábrica, passadas umas décadas, ainda produz e parece persistir. ----------
Poderão pensar: era uma empresa privada e o Estado obrigou ao investimento. Falso. Na altura era uma empresa do Estado. Outra nota: a solução nem sequer era recente, na Suécia e na Finlândia já este tipo de fábrica produzia muito menos impacto há muitos anos. ----------
Não é um destino inevitável suportar cheiros nauseabundos, é uma questão de investimento. ----------
Quando Donald Trump, subido ao poder, decidiu que os EUA saíam do Acordo de Paris, muitos dos dirigentes de grandes corporações privadas, governadores estaduais e presidentes dos municípios de grandes cidades declararam que continuariam a investir fortemente em novas fontes de energia, em programas de reciclagem, em projetos de poupança de água, etc. Ao lado de outros, claro, que apoiaram Trump por interesse ou outro motivo. ----------
Estas são situações decorrentes das tais sociedades abertas, onde há liberdade de debate, onde as pessoas têm autonomia, onde há Estado de Direito, onde a economia não depende do governo e onde os grandes empresários não dependem das boas graças de um chefe de partido e do dinheiro que este distribui conforme a maior ou menor dependência. ----------
Apoiaremos toda e qualquer iniciativa que vise tornar a existência humana mais sustentável porque é da saúde e até, talvez, da perpetuação do ser humano que se trata. ----------
Mas só se se sustentarem em boa informação e em soluções inteligentes. Não contem connosco para ações de mera propaganda sem impactos decisivos." (inicio: após 1 hora e 29 minutos; fim: após 1 hora e 43 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que quando mencionou as denúncias anónimas não referiu nenhum partido

político em concreto, até porque os mesmos tem princípios e não se coadunam com queixas anónimas, mas pessoas individuais fazem-no e tem um reportório delas mas que mencionou só as mais importantes. (inicio: após 1 hora e 43 minutos; fim: após 1 hora e 44 minutos) ----------

5) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que leu a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Antes da ordem do dia, o PCP intervém sobre os problemas no posto de saúde da Vacariça. ----------

É por insuficiência de investimento que se sentem faltas de profissionais (enfermeiros, médicos, técnicos administrativos, auxiliares...) no Serviço Nacional de Saúde (SNS). São as opções que determinam que, para outros fins, o governo não regateie meios financeiros, mas para serviços e funções sociais do Estado, incluindo o SNS, haja escassez e, portanto, prejuízos e dificuldades de acesso para as populações. ----------

É porque o governo privilegia o cumprimento devoto das regras da União Europeia para o défice das contas públicas, porque entende que nem sequer questionar a natureza e as condições de pagamento da dívida pública, é porque o governo opta por financiar negócios na área da saúde, é porque considera intocáveis os compromissos com a banca, é por tudo isso e por mais opções como essas que se revela, por exemplo, muito difícil e lenta a contratação de pessoal, quando é preciso fazer substituições ou suprir outras faltas. ----------

O PCP saúda as pessoas que se manifestaram publicamente na Vacariça (dia 15 de junho). ----------

Para o PCP é inadmissível que a falta de pessoal, neste caso de pessoal administrativo, leve à suspensão de atividade, ainda que temporária de um serviço de saúde. É inconcebível assistirmos à suspensão da atividade de serviços por razões desta ordem. ----------

Para o PCP é inadmissível que a administração regional de saúde demore a agilizar a contratação e a integração dos trabalhadores necessários, tendo já, segundo informação do senhor presidente, afirmado nem ter condições para contratar. É inconcebível que, em vez da rápida resolução do problema, se ofereça como alternativa à população servida pelo polo da Vacariça uma manhã por semana e a imposição de deslocações no resto do tempo, e não o cumprimento do regular horário de funcionamento. ----------

Para o PCP é inconcebível que se queira apontar como solução o recurso a reformados para obviar a falta de enfermeiros. ----------

Para o PCP é inconcebível que se procure branquear a responsabilidade do governo e do partido que o apoia e, na prática, enganar as populações dizendo que nada disto estaria a acontecer se a competência, designadamente de contratação dos trabalhadores, fosse da câmara: este não é o caminho. Não é ao poder local que cabem tais responsabilidades. ----------

Podemos presumir que a pouca ou nenhuma agilidade da administração e do Ministério da Saúde também não é alheia à intenção de encerramento do polo da

Vacariça. Esse intuito torna o protesto da população ainda mais certeiro e virtuoso. A demonstração do empenho na defesa da resposta do serviço de saúde na Vacariça foi um sinal inteligente que a população deu. ----------
Pela parte do PCP, fizemos o que prometemos no dia da concentração e continuaremos a envidar esforços, tanto para a resolução imediata dos constrangimentos colocados no acesso ao direito à saúde, como contra o objetivo de encerrar o polo da Vacariça. ----------
Explicámos a situação ao nosso grupo parlamentar na Assembleia da República. Pela mão dos deputados António Filipe e Paula Santos, já questionou o governo, no âmbito das suas competências, logo no dia seguinte ao protesto na Vacariça. O Ministério da Saúde foi inquirido acerca do conhecimento e avaliação que faz da adequação (melhor será dizer da insuficiência) dos recursos humanos afetos à Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, bem como acerca da previsão de reforço de assistentes técnicos que, salta à vista, carece de resolução urgente e sólida! ----------
O governo e o Ministério da Saúde são quem deve resolver e têm, obviamente, os instrumentos para o fazerem; poderá estar é a faltar a vontade política, mas essa também se aguça com a intervenção das populações. ----------
Se é, para nós, desadequado que, face a problemas como estes se acene com a assunção de competências de recrutamento e de contratação de pessoal para o SNS por parte da câmara municipal, não é nada desadequado que a câmara e o seu presidente intervenham, reúnam, pressionem as autoridades, defendendo os interesses legítimos das populações do concelho. Pelos relatos do senhor presidente, cuidamos que isso tem estado a ser feito, pelo que solicitamos informações sobre os resultados das suas diligências. ----------
Já agora, não deixamos de questionar se essa intervenção decorreu também e com que resultados nas instâncias do partido a que pertence e que apoia o governo e em que é que se traduziu. ----------
Por último, porque esta assembleia pode e deve tomar posição pública, requeremos à mesa que leia e ponha à votação a proposta de moção que entregámos." (inicio: após 1 hora e 46 minutos; fim: após 1 hora e 52 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que, com o respeito que o Senhor Deputado Municipal João Louceiro lhe merecia, este governo do PS só existia porque o partido do qual ele é militante e apoia, assim como o partido da Senhora Deputada Municipal Ana Luzia, o permitiram. Prosseguiu dizendo que não concordou com o facto de o PS governar com a muleta do PCP e do Bloco de Esquerda, e que o taticismo político às vezes está à frente da própria ideologia. Concordou com a vigília que se fez na Vacariça e esteve lá presente em apoio à mesma, dizendo que o Município não aceitou a transferência de competências na área da saúde porque isso implicava o encerramento da Extensão de Saúde da Vacariça, e que tinha ido com o Senhor Presidente da Junta à ARS dizer isso mesmo, admitindo unicamente um ajuste no horário e dias de atendimento, dando de seguida o exemplo do que sucedeu na

Extensão de Saúde de Ventosa do Bairro e que levou ao seu encerramento. Terminou dizendo que, através da Deputada na Assembleia da República eleita pelo distrito de Aveiro, tem feito chegar o seu desacordo aos governantes e o que estão dispostos a tolerar e dispostos a desafiar, mas sublinha o facto de só existir Governo PS por apoio dos partidos dos Senhores Deputados Municipais João Louceiro e Ana Luzia. (inicio: após 1 hora e 52 minutos; fim: após 1 hora e 59 minutos) ----------

De seguida fez uso da palavra a Senhora Presidente da Mesa, que leu a Proposta de Moção apresentada pelo Senhor Deputados Municipal João Louceiro, e que a seguir se transcreve: ----------

"PROPOSTA DE MOÇÃO ----------

Pela imediata normalização do funcionamento do polo da Vacariça – USF Caminhos do Cértoma ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada manifesta solidariedade com a luta das populações servidas pelo polo de saúde da Vacariça, integrante da Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, assim como com os profissionais da unidade que, de há muito, vêm lidando com problemas de insuficiência de trabalhadores. ----

Várias têm sido as vicissitudes que têm atingido o polo de saúde – e, diga-se, outros equipamentos da USF – pairando no horizonte o inaceitável propósito do encerramento Tal seria penalizador, desde logo para as populações servidas, e enfraqueceria a resposta de proximidade na área da saúde nos territórios implicados. Os problemas em apreço têm tido um denominador comum: a insuficiência do investimento, que é responsabilidade direta do Ministério da Saúde, e que se traduz, também, em obstáculos à contratação célere do pessoal necessário. ----------

A Assembleia Municipal, unindo-se à luta das populações, exorta a administração regional de saúde e, principalmente, o Governo e o Ministério, porque aí estão sedeadas as responsabilidades políticas neste domínio, a tomar as medidas necessárias e urgentes para garantir o pleno funcionamento da USF e, em particular, o polo da Vacariça, garantindo a manutenção do seu regular funcionamento. A Assembleia Municipal exige o respeito integral pelo direito à saúde das populações do concelho da Mealhada. ----------

Atenta a propósitos que têm vindo a ser conhecidos, a Assembleia rejeita qualquer intenção de encerramento do polo da Vacariça, o que dificultaria o acesso a cuidados de saúde por parte dos seus utentes e sobrecarregaria ainda mais as respostas dadas nos outros equipamentos. Opondo-se àqueles propósitos, a Assembleia Municipal reivindica a dotação adequada de recursos humanos e equipamentos que o concelho necessita e merece, desde logo os que permitam a normalização do funcionamento do polo da Vacariça. ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada torna pública esta sua posição e remete-a ao senhor primeiro-ministro, à senhora ministra da Saúde, às autoridades regionais de saúde e aos senhores deputados que integram a 9.ª Comissão Permanente da Assembleia da República, Comissão de Saúde, bem como à comunicação social." -

Colocada a votação, foi a Proposta de Moção aprovada por unanimidade. (inicio: após 1 hora e 59 minutos; fim: após 2 horas e 02 minutos) ----------

Prosseguiu a Senhora Presidente da Mesa esclarecendo que, relativamente à transmissão em Streaming das sessões da Assembleia Municipal, a mesma não se realizou devido à pandemia e às restrições impostas que impossibilitaram as sessões presenciais. (inicio: após 2 horas e 02 minutos; fim: após 2 horas e 04 minutos) -----
Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra, no direito de defesa da honra, ao Senhor Deputado Municipal Nuno Veiga, que no uso da mesma afirmou que sobre coluna vertebral, nem o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada nem ninguém lhe daria lições de moral e que quanto a formas de estar e comportamentos, tinha na sua posse uma carta enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada com um teor um pouco agressivo. Seguiu dizendo que se tinha candidatado pelo Partido Socialista e não se iria demitir, e tinha assinado uma declaração a afirmar que não estava inibido de se candidatar a órgão autárquico e que nem todos os que a assinaram estavam legalmente possibilitados de se candidatarem às eleições, e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia não concordar com tudo o que o Partido Socialista faz ou possa achar, mas ele não se marimbava para o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz e se, no limite, o Partido Socialista entender tirar-lhe a confiança política, tem esse direito e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia falar com o presidente da comissão política, pois deve-o conhecer. (inicio: após 2 horas e 05 minutos; fim: após 2 horas e 06 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que era absolutamente lamentável aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Casal Comba tinha acabado de dizer, e que o que tinha feito foi no espirito de camaradagem, e por reconhecer que como Presidente da Câmara Municipal tinha ao dispor mais apoio jurídico, esclarecer de que o que tinha sido cometido era uma irregularidade administrativa e nada mais. Continuou dizendo que foi eleito cinco vezes Presidente da Câmara pelas listas do PS e sempre disse «*O PS ganhou as eleições*» pois tem consciência da dificuldade de se ganhar uma eleição e do peso que os partidos tem nas mesmas, e que poucas vezes o candidato se sobrepõe ao partido. Disse ainda que as pessoas quando são eleitas por um partido e em determinada altura do percurso acham que estão mal, deveriam abandonar o lugar para o qual foram eleitas, porque, por via de regra, normalmente as pessoas devem a eleição aos eleitores que votaram mas se não fossem na lista daquele partido jamais seriam eleitas e é por isso que falou em coluna vertebral política. (inicio: após 2 horas e 06 minutos; fim: após 2 horas e 13 minutos) ----------
Em seguida a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para, em nome da Mesa, apresentar um Voto de Louvor, que a seguir se transcreve: ----------
"*A D. Laçalete Godinho tem prestado auxílio e apoio à mesa da assembleia municipal, assim como a todos os membros que solicitam a sua ajuda e intervenção, tendo sempre revelado toda a disponibilidade para colaborar e servir todos os dias, a qualquer hora. Após quarenta e dois anos na autarquia, e nos últimos oito acompanhando a assembleia municipal, chegou o momento de se reformar. Colocou o sempre o seu empenho ao dispor das necessidades de todos. Deste modo e*

resumidamente, é com gratidão que gostaríamos de atribuir um voto de louvor como agradecimento e reconhecimento da entrega e dedicação demonstradas em todas as tarefas que desempenhou" ----------

Colocado a votação o Voto de Louvor, foi o mesmo aprovado por unanimidade. (inicio: após 2 horas e 13 minutos; fim: após 2 horas e 16 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

Ato Contínuo, a Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, colocou a votação a modificação da ordem dos pontos da Ordem do Dia, pedido rececionado na tarde de hoje e devido à presença da Senhora Dra. Carla Amaro e dos Senhores Auditores Dr. Jorge e Dra. Joana, estes em representação do Senhor Revisor Oficial de Contas, para prestarem quaisquer esclarecimentos necessários, de modo a que os pontos cinco, seis e oito poderem passar para três, quatro e cinco, respetivamente, isto porque primeiro teria de ser a votação da Ata e logo de seguida a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo inscrições para intervir foi a alteração aprovada por unanimidade. (inicio: após 2 horas e 16 minutos; fim: após 2 horas e 19 minutos) ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 29: ----------

A Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e com a abstenção do Senhor Deputado Municipal Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 2 horas e 19 minutos; fim após: 2 horas e 20 minutos) ----------

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Brandão, Ana Luzia Cruz, João Louceiro, Nuno Veiga, Iola Batista e Bruno Coimbra. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, começou por realçar a transmissão online da sessão embora lamente a falta de divulgação da mesma comparativamente com outros eventos. Seguiu dizendo que, quanto à informação recebida, mais uma vez notavam falta ou entrega tardia de documentos, nomeadamente a informação da DACT que elenca as poucas obras municipais e as muitas obras que não saem do papel, questionando de seguida a informação relativa aos processos judiciais mais precisamente se deu entrada em tribunal, em tempo legal ou não, processo com a oposição da Câmara Municipal à extinção da Sociedade Águas do Luso. Disse depois que foi dito em reunião anterior pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que o Parque do Lago do Luso estaria completamente arranjado em 15 de julho, tendo ainda acrescentado que a obra ainda iria a tempo de todas as pessoas gozarem o verão com o parque todo arranjado, sendo que tal não corresponde à realidade pois as obras ainda nem tinham começado. Continuou referindo o projeto-piloto PAYT, sobre a distribuição de ecopontos adquiridos em 2020, indagando se o mesmo já se iniciou e quais os critérios de seleção das habitações que integraram o projeto e tendo já iniciado quais os resultados. Finalizou dando os parabéns ao Executivo por ter adquirido desfibrilhadores para as instalações desportivas municipais, instrumentos que podem salvar vidas. (inicio 2 horas e 23 minutos; fim após: 2 horas e 31 minutos) ---
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que relativamente à publicidade dada à transmissão Streaming, a mesma foi publicitada na última sessão da assembleia municipal e constava em Ata, sendo tratada igualmente na comunicação social. Quanto à informação prestada pela DACT comunicou que a Senhora Chefe da Divisão esteve de férias e houve dificuldade em coligir a informação que só ela domina, mas que aquando do seu retorno foi alertada para a necessidade de elaborar o documento, o que fez. No que respeita aos processos judiciais existe o processo da oposição à fusão da Sociedade Central de Cervejas-SAL e que se não tivesse dado entrada a tempo no Tribunal o Senhor Doutor Juiz liminarmente rejeitava o processo, e que o mesmo foi entregue a um jurista eminente e a um jurisconsulto que ajudou, sendo que o Senhor Doutor Pais do Amaral transmitiu que achava que havia possibilidades de a Câmara Municipal ganhar o processo. Em relação ao Jardim do Luso, tinha expectativa que isso poderia acontecer pois basta um pequeno percalço para alterar todo o plano e na próxima quinta-feira a obra seria consignada e poderia arrancar. Relativamente aos ecopontos e PAYT, são candidaturas comunitárias e já tinha começado na Quinta da Nora, que era um sistema exigente e que relativamente ao Porta-a-Porta os contentores iriam ser distribuídos só agora pois só agora foi possível conseguir um camião para o efeito, e o mesmo era emprestado pois com a falta mundial de semicondutores o fornecedor tinha atrasado a entrega do camião e este teria que ser adaptado ainda para recolha. Quanto aos desfibrilhadores esclareceu que o Município ainda os iria adquirir pois seria feita uma pesquisa de mercado no sentido de encontrar quem os forneça e dê a adequada formação. (inicio 2 horas e 31 minutos; fim após: 2 horas e 41 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma iniciou por expressar satisfação com a aprovação da Proposta de Recomendação apresentada por si, salientando que o hastear da bandeira é um símbolo das convicções, dando o exemplo do hastear da bandeira do Eco-Escolas e das boas práticas ambientais. Referiu ainda que sempre apoiou a solução da *geringonça* que governava. De seguida Leu a seguinte intervenção, que se transcreve: ----------

"*Nos documentos referentes ao ponto da educação, verificamos que se reuniu com o Agrupamento de Escolas da Mealhada, para preparar o novo ano letivo, sobre matrículas e afins; verificamos também que em maio participaram numa sessão (webinar) sobre A educação ao longo da vida na cidade educadora e inclusiva – uma tentativa de aproximação ao tema, comunicação do Prof Dr Domingos Rasteiro e também com o prof. Dr David Rodrigues, Presidente da Pró inclusão, portanto há aqui preocupações da sua parte e da sua equipa prementes para uma Mealhada no caminho da civilidade e dos direitos humanos. Mas como das palestras e comunicações à vida real e concreta vai muitas vezes uma grande distância, queremos saber se desde a última reunião da assembleia municipal de 30 de abril em que o interpelámos sobre a falta de acessos qualificados para a circulação de uma cadeira de rodas elétrica na EB23 e que impede um aluno desde o terceiro período de frequentar esta escola, que procedimentos foram feitos, para ultrapassar este constrangimento que exclui e discrimina esta criança de forma cruel. Pergunto também o que está a ser feito para que em setembro, se não for antes, a secundária já tenha as condições necessárias para o acesso deste aluno que para o ano vai frequentar esta escola? Até quando pretendem levar a cabo a continuação deste ato discriminatório, que se arrasta desde 2018?* ----------

É que esta situação não vai lá só com atas, papeis e reuniões e promessas. É preciso que as máquinas comecem a trabalhar. Sabemos que já reuniram com a Associação de Pais, ouvimos dizer que na melhor das hipóteses só lá para outubro... ----------

Mas as obras na secundária estão paradas, com os exames nacionais a decorrer durante todo o mês de julho naquele edifício, quando é que vão fazer as obras? Em Agosto? Setembro anuncia mais um ano letivo que arranca com a empreitada parada? ----------

ETAR- Afirmou recentemente que estava tudo a funcionar bem, que as estações de tratamento estão operacionais. Contudo, da visita que fizemos no final da semana passada ao rio Cértoma, verifica-se no caudal do rio a saída de água com espuma e mau cheiro. Qual a causa disto? ----------

Atividades Verão/Férias- Que atvidades estão a prever levar a cabo para acupação dos jovens do concelho, atendendo a que sofreram muito com os confinamentos, havendo casos de alunos depressivos e em contextos familiares pouco orientadores. Seria talvez benéfico apostar no diálogo com os DT do AEM para fazer o levantamento dos casos mais necessitados nesta área." (inicio 2 horas e 41 minutos; fim após: 2 horas e 49 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse relativamente à água suja tem muitas queixas e acabam todas nas entidades do ambiente, do SEPNA, etc e que há pelo menos cinco anos decorre um processo em tribunal, sendo que o Supremo deu razão ao Município. Disse que, lembrando a questão da Alameda da Santa Eufémia, deixou de acreditar nas instâncias administrativas, mas que remete sempre para o Ministério do Ambiente, APA, SEPNA, etc, todas as fotografias e registos e autos da GNR. Seguiu dizendo que já foi explicado ao senhor que existe um Fundo de Transição Justa e teve uma reunião com o Senhor Secretário Executivo da CIM em que foi explicado que existem Fundos Comunitários a cem por cento para que possa lançar um projeto de despoluição e tratamento de efluentes e até agora a ação é zero, mas não é só a pocilga, existem mais motivos de poluição ao longo do Cértima, como a poluição química. Relativamente à obra da Secundária, informou que a empresa CANAS ganhou o concurso público e já tem o visto do Tribunal de Contas e que a obra iria começar a partir de dia 19. Concluiu referindo que continua a achar que, relativamente à questão do Governo geringonça, não foi a melhor solução. (inicio 2 horas e 49 minutos; fim após: 2 horas e 58 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que no uso da mesma, referiu que as obras na Escola EB 2 da Mealhada, e atendendo à época de exames, iriam decorrer de modo a minimizar todo e qualquer impacto que possa existir. Depois afirmou que o Executivo não é discriminatório e que no próximo ano letivo os professores de educação especial iriam ter crianças praticamente invisuais e em camas articuladas e que o apoio do Ministério da Educação era zero, sendo que o Município teria de fazer contratações temporárias para que estas crianças tenham um funcionário permanentemente com eles, como manda a Lei, porém é competência do Ministério da Educação atribuir aos Agrupamentos de Escolas o número de funcionários. Disse que vêm pessoas dos Concelhos vizinhos matricular os filhos à Mealhada pois não tem este apoio no Concelho de residência, e nós, percebemo-los e tratamo-los exatamente com aquilo que tudo eles merecem, assim como o Vicente merece, sendo que já se investiu e adaptou uma sala no rés-do-chão, uma casa de banho adaptada e que quanto ao piso já foi dada ordem e definido a colocação de um novo piso mas é um procedimento oneroso e moroso. Quanto ao facto de o aluno, no próximo ano letivo ir para a Escola Secundária, a mesma tem rés-do-chão, primeiro andar, segundo andar e um elevador, e que quando estiver tudo pronto o aluno terá acesso a tudo e que a sensibilidade para com esta questão é máxima. Disse ainda que existe muita sensibilidade pelos alunos do Agrupamento de Escolas e os alunos da educação especial, a todos aqueles que trabalham diariamente convosco, e são alunos que merecem da um carinho extremo e queremos que estes alunos sejam completamente incluídos, porque nós temos que ser uma escola inclusiva. Finalizou referindo que em relação às atividades de férias, esta resposta não tem sido procurada assim como não procuram no Jardim de Infância Sant'Ana que o faz, como a Santa Casa da Misericórdia o faz, como faz a

Associação CADES, como faz na Pampilhosa e estariam até eventualmente a fazer uma concorrência desleal e que as crianças não ficam a perder estando nestas instituições, porque são boas instituições para desenvolver estas atividades. (inicio 2 horas e 58 minutos; fim após: 3 horas e 06 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra, no sentido de complementar aquilo que disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao Senhor Vereador Nuno Canilho, que no uso da mesma, informou que a Câmara Municipal em anos anteriores tinha a situação de proporcionar férias ou atividades de férias para alunos que não tinham outra alternativa, nomeadamente alunos do terceiro ciclo e do secundário e, portanto, aquilo que se entendeu este ano foi que não estavam reunidas as condições sanitárias para que se pudessem fazer essas atividades e foi pedido à rede que o fizesse. No entanto chegou-se à conclusão de que, por exemplo, a CADES, que é um parceiro da rede, abriu inscrições para essas atividades e não as vão realizar por falta de inscrições e portanto, percebe-se que os próprios pais também estão conscientes dos riscos que existem. Depois há uma outra dimensão que é a questão do preço, em que a Câmara Municipal apoia as crianças que precisem de complemento financeiro para se inscreverem, e que há muitas associações no concelho, nomeadamente IPSS, que procuram fazer o desenvolvimento desse tipo de atividades, por exemplo, a Associação dos Jovens Cristãos do Luso, o Jardim de Infância Sant'Ana, a Santa Casa da Misericórdia, o Jardim de Infância Odete Isabel e muitas outras instituições no concelho. Portanto, a Câmara Municipal não realiza essa atividade, mas a rede realiza, sendo certo que todas as crianças, independentemente dos seus rendimentos, poderão ser beneficiários de todas as oportunidades pedagógicas que existam no território. (inicio 3 horas e 06 minutos; fim após: 3 horas e 09 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não percebeu ou não quer interpretar aquilo que são as regras da democracia e das eleições e muito menos as necessidades que o país tinha depois daqueles anos de governação e então é culpa do PCP haver um Governo do PS e não do PSD. De seguida leu a intervenção, que se transcreve de seguida: ----------

"*Registamos negativamente que a informação da DACT só chegou hoje, o que prejudicou a preparação desta sessão e o cumprimento dos deveres dos eleitos. Mas queremos destacar, no entanto, outro assunto.* ----------

E ele decorre de uma denúncia feita pela eleita do Bloco de Esquerda, Ana Luzia, na última sessão, há já dois meses. Uma preocupação que o PCP acompanha sem qualquer reserva! Sendo professora em exercício de funções na EB da Mealhada é conhecedora próxima da situação que fez bem em expor a esta assembleia, tornando-a pública. ----------

Trata-se da situação do jovem que, por razões da sua condição de saúde, tem necessidade de se deslocar numa cadeira de rodas elétrica, mas que se vê em sérias dificuldades e riscos para o poder fazer no acesso e no espaço da escola que é a

dele, a escola que ele devia poder frequentar! Não é em casa, a distância, como medida de recurso, em "ensino a distância". Nada pode justificar a segregação deste aluno, confinado em casa a assistir às aulas por computador! ----------
No exercício de outras funções, participámos recentemente numa reunião de professores naquela escola. O assunto veio à discussão e a indignação pontoou-a; a nossa e a dos nossos colegas. Tratava-se de uma reunião sindical e o SPRC, sindicato a que pertencemos, havia já interpelado a delegação regional da DGEstE por causa da situação. ----------
Pelo que está à vista, há um desrespeito grosseiro pelo direito à educação e pela vida concreta daquele jovem; um atentado aos mais elementares princípios da inclusão que motivam eloquentes discursos na área do poder, mas caem de borco em episódios como este; um atentado à Escola Pública que nestas condições e por inação e desleixe da autarquia, deixa de ser democrática, de qualidade e para todos, isto é, deixa de ser o que tem de ser. Esta situação desrespeita e está a prejudicar o jovem e a sua família, mas também todos os que deviam estar a viver, a conviver, a ser, a aprender uns com os outros, com as suas diferenças e potencialidades. Desrespeita também os docentes, obrigados a um desnecessário ensino não presencial. ----------
A câmara municipal da Mealhada atirou-se para a municipalização da educação em 2015. Exacerbando entusiasmos e autoconvencida, assumiu responsabilidades e competências que não lhe cabem, mas não é capaz de garantir atempadamente as adaptações físicas necessárias para que este aluno cumpra com segurança e o mínimo desconforto possível a escolaridade em regime presencial? Fica paralisada porque é preciso maquinaria pesada para proceder às obras? Empurra o problema com a barriga? Deixa chegar o fim do ano?! Ignóbil. ----------
Fim do ano letivo e o problema não se resolveu. É condenável e o senhor presidente, o senhor vice-presidente têm responsabilidades especiais porque assumiram competências que não querem ou conseguem cumprir. ----------
Na última sessão, o senhor presidente disse que ia ver com os técnicos... Mas o jovem teve de ficar a assistir a aulas a partir de casa, em vez de as frequentar na escola, como é direito de todos e dele também! E os professores a improvisar remedeios para aulas transmitidas pelo computador... ----------
Nesta triste história há apenas a virtude de constituir mais um eloquente exemplo das propaladas vantagens da municipalização. Estamos a ver... ----------
Termino respondendo a um repto, uma espécie de lamento em causa própria, deixado na última sessão pela eleita do PS, Susana Almeida. É uma referência positiva que quero deixar, por experiência própria, à organização do processo de vacinação para a COVID-19 na Mealhada. É um elogio à capacidade e à simpatia dos trabalhadores envolvidos, como pude, pessoalmente, testemunhar. Testemunhei também o cuidado com que a senhora vereadora Arminda Martins acompanhou e informou os inscritos para vacinação numa manhã em que houve um problema com a entrega das vacinas, dando-se o caso de ali me ter dirigido com uma familiar que, como outros, não pôde ser vacinada. ----------

Mas uma mão não lava a outra e não podia haver maior contraste que o do reconhecimento que acabo de fazer e o da condenação que atrás deixamos pela incapacidade ou falta de vontade, desde logo, dos senhores presidente e vice-presidente, em encontrar soluções e garantir o pleno direito à educação do aluno que referimos." (inicio 3 horas e 09 minutos; fim após: 3 horas e 17 minutos) ---------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que fazer um tapete betuminoso é um processo complicado, custoso, difícil e exigente e que dependia do custo ser um concurso público, ou ser um concurso por ajuste direto ou por negociação prévia, e que já foi explicado o que o Município fez em função desse aluno e que no entanto permanecem com retórica pura como não tem nada mais a dizer. (inicio 3 horas e 18 minutos; fim após: 3 horas e 19 minutos) ----------
4) O Senhor Deputado Municipal Nuno Veiga, pediu a palavra, e no uso da mesma, disse que desde 2018 constavam, nas informações da DACT, obras na Rua de Baixo, Rua do Campo de Futebol no lugar da Vimieira e também na Rua dos Barrios e Rua dos Lavadouros, na Freguesia de Casal Comba e que não constavam na relação de obras e questionava se existiam novidades sobre as mesmas. (inicio3 horas e 20 minutos; fim após: 3 horas e 21 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que as instruções que tinha a dar estavam dadas e que não se comprometia com datas. (inicio 3 horas e 21 minutos; fim após: 3 horas e 22 minutos) ----------
4) A Senhora Deputada Municipal Iola Batista, pediu a palavra, e no uso da mesma, realçou o facto de a transmissão em Streaming estar a ser realizada, embora sem grande divulgação nas plataformas disponíveis. Prosseguiu dizendo que em 2019 foram apresentados pontos menos positivos na Escola EB 2/3 da Mealhada e que hoje, e após quase dois anos civis e dois anos letivos, parecia-lhe que nada foi feito, pelo menos, nada que seja visível. Senão, vejamos, as instalações sanitárias estão iguais; os balneários não sofreram qualquer intervenção; os telheiros são os mesmos que tínhamos em dois mil e dezanove; o espaço coberto para convívio não existe; o piso está mais irregular e escorregadio ainda; mantém-se a cafetaria fechada por estes dois anos por imposição legal ligada com a pandemia e agora ainda a agravante de existir um aluno impossibilitado de ir à escola, porque por infortúnio do destino é obrigado a deslocar-se numa cadeira elétrica. Questionou, na informação da DACT, nomeadamente na última alínea do ponto um ponto dois, quando se fala num projeto relativamente ao piso da EB 2/3 se estão a falar de alguma coisa relacionada com a mobilidade para a cadeira de rodas ou a que se refere aquele projeto e se seria dado algum tipo de apoio na questão do transporte da cadeira ou dada prioridade na colocação do elevador. Prosseguiu quanto à limpeza dos espaços verdes do Parque Escolar e que todos os anos se repete a falta de manutenção e de limpeza destes espaços, e que sendo este um Município que se vende como amigo do ambiente, acolhedor, com espaços verdes e de lazer, chegando aos locais, pensamos que talvez nos tenhamos enganado no caminho, dando o exemplo do

Parque da Cidade onde a vegetação cresce sem controlo. Relativamente às férias que o município costumava organizar, questionou se era possível alargar o horário do ATL na EB 2/3 e também as refeições pois não há serviço de cantina. (inicio 3 horas e 23 minutos); fim após: 3 horas e 30 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que questionou a Senhora Deputada Municipal Iola Batista se esta achava que o panorama da Educação seria melhor se a Câmara Municipal não tivesse intervindo, se achava que a DGEstE teria feito melhor trabalho, ao que a mesma respondeu que em 2019 alertaram atempadamente para o problema e se não tivessem ido só fazer um passeio à EB 2/3 e tivesse sido feito alguma coisa, hoje o aluno não estaria em casa. Prosseguiu o Senhor Presidente da Câmara dizendo que estão a intervir na Escola e que é um concurso público complicado e com bastantes questões no que concerne à segurança. (inicio 3 horas e 30 minutos; fim após: 3 horas e 32 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que no uso da mesma, referiu que no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas votaram as contas no final do ano letivo e que o Senhor Diretor entregou ao Estado quarenta por cento das verbas que a Câmara Municipal lhe transmitiu e que o Município não recebe o dinheiro do Ministério da Educação e faz dele uso para aquilo que entender, muito menos aplicá-lo na área da Educação. Continuou dizendo que a Escola tem muitos anos e precisa de obras mas que está ser feito algo nesse sentido e que quanto aos Espaços Verdes o que disse não corresponde à realidade pois as intervenções tem sido feitas. Em relação às refeições, todas as crianças terão direito às refeições, como a mesma sabia. A respeito do aluno com necessidades especiais esclareceu que a mesma sempre foi apoiada e que infelizmente a criança tem um problema degenerativo extremamente avançado e grave e por isso difícil de acompanhar a sua evolução, sublinhando o esforço feito e que quanto ao transporte isso é uma responsabilidade do Estado central, e o apoio dado é nenhum. Continuou dizendo que, como é óbvio, é de todo o interesse do Executivo que as obras estejam concluídas e que quando é solicitado apoio ele é dado quase de imediato, como poderiam confirmar os coordenadores de todas as escolas. (inicio 3 horas e 32 minutos; fim após: 3 horas e 39 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que hoje em dia, face à legislação existente, não se consegue aprovar um projeto de um edifício, e sobretudo num edifício escolar, em menos de um ano e não se consegue fazer um concurso público desta natureza, no valor de um milhão de euros, que não demore pelo menos, seis meses, e se o Tribunal de Contas dificultar com alguma coisa, passa mesmo esse prazo e depois a obra demora o prazo que estiver previsto no projeto, sendo certo que aconteceu a pequena desgraça de duas empresas falirem no decurso das obras da Escola Secundária. (inicio 3 horas e 39 minutos; fim após: 3 horas e 41 minutos) ----------

5) O Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra, pediu a palavra, e no uso da mesma, iniciou por elogiar e concordar, como comprovava o seu voto favorável, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente ao hastear da bandeira dos direitos da comunidade LGBTIQ. Continuou referindo-se ao Governo de coligação e que lhe parecia nas intervenções anteriores que se estava a tentar reescrever a história, que quem tinha ganho as eleições depois de um período muito difícil para a sociedade portuguesa tinha sido o PSD e Passos Coelho e que se os eleitores tivessem noção da coligação formada pós-eleições talvez tivessem votado de maneira diferente. Prosseguiu realçando isso estava relacionado com as aparências e narrativas que se constroem e com as heranças deixadas, como a compra da ERSUC ou a Escola Profissional Vaconcellos Lebre, da compra de imóveis e da ausência de projetos ou ideias e que certos assuntos servem unicamente para distrair do que é essencial discutir. (inicio 3 horas e 42 minutos; fim após: 3 horas e 49 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que quanto à ERSUC o Município gastou um milhão e quatrocentos mil euros e já recebeu entretanto oitocentos mil euros e que vai ficar provado que o investimento do Município da Mealhada foi bem conduzido e com relevância no futuro do ponto de vista dos tarifários a cobrar aos cidadãos. Quanto à Escola Profissional, a mesma nunca foi um projeto financeiro e não se melhoraram os índices financeiros pela simples razão de que optou por política social a favor dos professores e dos alunos e quando surgiu a pandemia e a incerteza do tempo e de quanto é que o Município poderia ter que gastar no combate da mesma, a opção foi vender as cotas mas que foi defendido o interesse público e recebido o dinheiro que lá estava investido pelo Município, porque as cotas foram vendidas pelo valor nominal e olhando para as contas consolidadas vão perceber que o que foi vendido foi um passivo. Em relação aos imóveis, referiu que no Luso foi adquirido um imóvel à Urbiluso e será também adquirida a "*Casa do Forno*", à Sociedade Central de Cervejas, tendo como objetivo, com a ajuda de Fundos Comunitários, criar habitação e estacionamento ou habitação e comércio, mas que essa opção iria pertencer à população do Luso através de um processo de consulta. Quanto à Quinta do Murtal, foi alvo de queixas mas que todas foram arquivadas, e que comprar património é sempre enriquecer o Município. (inicio 3 horas e 49 minutos; fim após: 4 horas e 01 minutos) ----------

6) A Senhora Deputada Municipal Isabel Luzeiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, iniciou por dizer que ficou a saber, pelas intervenções anteriores, da existência de uma criança que precisa de cuidados inadiáveis por ter uma doença progressiva irremediavelmente progressiva e que relativamente às acessibilidades da Escola as respostas têm sido, no seu entender, adequadas na medida em que estão a responder como lhes é possível e não como é desejável, denotando ainda grande preocupação em torno desta criança. Finalizou dizendo que não concorda nem acha correto a divulgação da doença, nome e nome dos pais da criança. (inicio 4 horas e 02 minutos; fim após: 4 horas e 03 minutos) ----------

3) LCA – LEAL CARREIRA E ASSOCIADOS SROC LDA. – PARECER DO AUDITOR EXTERNO/CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2020 (Ponto 5 da Ordem do Dia): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, iniciou por dizer que estando o aluno citado anteriormente a ser acompanhado há cinco ano, já existiu tempo para acautelar soluções para a situação. Prosseguiu questionando o porquê da mudança de prosa de exaltação das contas da Autarquia nos pareceres do auditor. (inicio 4 horas e 04 minutos; fim após: 4 horas e 07 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou que fosse dada a palavra ao Auditor presente na sessão, e o mesmo, no uso da palavra, referiu que intervinham em representação do Revisor Oficial de Contas, que por motivos de saúde não podia estar presente, e pertenciam à equipa de auditoria da Sociedade. Continuou explicando que a questão formulada só poderia ser respondida pelo Revisor Oficial de Contas e que a mesma podia estar relacionada com o resultado líquido, que depende de muitos outros fatores, não só apenas da capacidade da câmara ou do executivo prosseguir a sua atividade, e como os mesmos têm sido negativos nos últimos períodos, poderia ser essa a razão, não se comprometendo com a resposta, e que se fosse esse o entendimento, poderiam endereçar por escrito a questão ao gabinete para eventualmente o revisor esclarecer a questão. Terminou por sublinhar que não existe atrito algum entre a Sociedade e o Município, situação confirmada de seguida pelo Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu ainda que o auditor externo é independente. (inicio 4 horas e 08 minutos; fim após: 4 horas e 10 minutos) ----------

4) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (Ponto 6 da Ordem do Dia):

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Marilisa Duarte e João Louceiro. ---------

1) A Senhora Deputada Municipal Marilisa Duarte, pediu a palavra, e no uso da mesma, começou por questionar a calendarização da amortização, expressa na alínea 10), do Quadro do Anexo um, no ponto «*Amortização, Capital de Empréstimo Bancário*», e o seu início em 2023. Perguntou de seguida quando seria o montante utilizado e, sendo o mesmo para financiar a construção do novo edifício camarário, onde seria financiado o montante em falta. (inicio 4 horas e 11 minutos; fim após: 4 horas e 12 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que o montante em questão não seria usado já pois ainda está a decorrer o concurso público internacional, depois será tempo da análise de propostas e eventuais recursos de concorrentes e depois ainda falta obter o visto do Tribunal de Contas, mas que era da opinião que este assunto deveria estar já acautelado, e que poderia nem ser necessário usar o financiamento. (inicio 4 horas e 12 minutos; fim após: 4 horas e 13 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, constatou que na Lista de Compromissos Plurianuais assumidos constam oito referentes a prestação de serviços na modalidade de avença. São oito num total de treze compromissos plurianuais. (inicio 4 horas e 14 minutos; fim após: 4 horas e 15 minutos) ----------

5) PROPOSTA N.º 54/2021 - INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2020 (Ponto 8 da Ordem do Dia): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Brandão. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, pediu à Mesa para, na qualidade de membro do Plenário, questionar diretamente o Senhor Vereador Hugo Silva, ao que a Mesa respondeu que teria de se proceder a votação pois o Senhor Deputado Municipal não intervinha em nome do Plenário e tinha de ser este a solicitar tal questão. ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa colocou a votação o pedido efetuado, tendo sido deliberado a não aprovação do mesmo, por maioria, com oito votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Duarte, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, quatro abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Rúben Batista Fernandes, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e Nuno Filipe dos Santos Veiga e catorze votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. (inicio 4 horas e 15 minutos; fim após: 4 horas e 22 minutos) ----------

De seguida lamentou-se o Senhor Deputado Municipal Luís Brandão pelo resultado da votação, afirmando que o Partido Socialista não permitem que haja clarificação de algumas questões relativas ao documento por receio democrático, tendo a Senhora Presidente da Mesa esclarecido que não existia nenhum receio da sua parte e que, tal como nos tempos de intervenções, foi dado cumprimento ao Regimento da Assembleia Municipal e o pedido foi colocado à consideração do plenário e este decidiu. (inicio 4 horas e 22 minutos; fim após: 4 horas e 24 minutos) ----------

Posteriormente foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Isabel Luzeiro, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que não se revê na palavra do Senhor Deputado Municipal Luís Brandão e entende que a decisão é do plenário e não de cada elemento do mesmo, pois se assim fosse e cada um questiona-se os elementos do Executivo desvirtuava-se o sentido das reuniões. (inicio 4 horas e 24 minutos; fim após: 4 horas e 25 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que discorda da justificação de que os tempos de intervenção tem de ser geridos e que há intervenções mais longas que outras e que a responsabilidade de não se questionar um Vereador era unicamente da maioria, não admitindo qualquer tipo de recriminação do que quer que fosse, tendo a Senhora Presidente da Mesa de seguida clarificado que mencionou os tempos de intervenção para exemplificar o cumprimento do regulamento aquando das chamadas de atenção para o mesmo, e não no sentido de dar ou não a palavra, sendo que a Mesa se limita a cumprir o que está no Regimento da Assembleia Municipal. (inicio 4 horas e 25 minutos; fim após: 4 horas e 28 minutos) ----------
Ato contínuo, e não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, oito votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão e Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e com três abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro e Nuno Filipe dos Santos Veiga. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 4 horas e 28 minutos; fim após: 4 horas e 29 minutos) ----------
Posteriormente foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Cristiana Duarte, que apresentou uma Declaração de Voto, lendo o texto que a seguir se transcreve: "*Boa noite a todos os presentes em sala e os que nos ouvem através das plataformas digitais. Pelo avançar da hora ainda temos cento e um ou cento e cinco visualizadores daqui da assembleia o que até é bastante positivo. Relativamente à votação em que estamos, relativamente ao ponto cinco, como seria possível dar o nosso aval, o nosso voto positivo a contas municipais que mantém ao longo de todo o mandato uma tónica de prometer e não fazer? No ano de dois mil e vinte, mais uma vez, tivemos uma miserável execução de investimento de capital. Podemos utilizar dois critérios que constam do relatório de contas. Um, reduziram em quase trinta e três por cento as despesas de capital face a dois mil e dezanove com uma redução de quase dois milhões e meio de euros. Mas, também podemos olhar de outra forma, ponto dois, não foram capazes de executar sessenta por cento do que prometeram no orçamento de dois mil e vinte, porque doze milhões e trezentos mil euros que puseram no orçamento, esqueceram-se de executar sete milhões e*

trezentos mil euros. Isto não é nada que nos espante, porque de dois mil e catorze a dois mil e vinte, os senhores esqueceram-se de cumprir cinquenta por cento do que prometeram nestes sete orçamentos e já levam resultados líquidos negativos acumulados em três milhões e seiscentos mil euros. Não cumprir com este grau de desvio leva-nos a reforçar que o problema não está nas regras, está em cada um dos elementos que levaram ao poder. Com uma vergonhosa taxa de execução de aquisição de bens de capital de trinta e seis por cento, porque nas transferências de capital é fácil dar ordem de pagamento, os senhores foram capazes de escrever a seguinte passagem quando falam da taxa de execução de despesas de capital e passo a citar, «Este elevado volume de despesa paga reflete o investimento do município em grandes projetos, tais como, a construção do Mercado Municipal da Mealhada, a ampliação e beneficiação da ETAR da Mealhada, reabilitação da rede de distribuição e adução de água às freguesias de Ventosa do Bairro, Barcouço e Luso, aquisição de contentores de polietileno para recolha de papel, cartão, plástico, metal e vidro no âmbito da candidatura aprovada ao aviso POSEUR-11-2017-22, entre outros». Só podemos rir, porque de politicamente sério nada encontramos neste parágrafo. Será que estão a comparar o volume de despesa com o de uma família média do concelho que luta para sobreviver com emprego? Despesas crescentes e incerteza. Bem, nesse caso, o volume de despesa é elevado, mas se ele for comparado com doze milhões e trezentos mil euros que os senhores tinham prometido, então, estamos apenas a falar de um volumezinho de trinta e seis por cento. Isso é muito pouquinho. Não há desculpa nenhuma que possam apresentar para o abandono em que vão deixar o concelho e cada uma das suas freguesias. O que temos nas contas não é uma fotografia de um ano, é um filme de terror que rodaram ao longo de oito anos. Votámos contra todo este erro autárquico no passado e hoje voltamos a votar da mesma forma." (inicio 4 horas e 29 minutos; fim após: 4 horas e 33 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Batista, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, cinco votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Cristiana Raquel Alves Duarte e Isabel Dias Santiago e com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Humberto Simões Martins. (inicio 4 horas e 33 minutos; fim após: 4 horas e 37 minutos) --------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Isabel Duarte, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que cerca de cem pessoas estão a assistir à sessão em casa e que a continuação da mesa é um desrespeito para com as pessoas que trabalham. (inicio 4 horas e 37 minutos; fim após: 4 horas e 38 minutos) ----------

6) PROPOSTA N.º 51/2021 – MEDIDAS EXCECIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO, A TÍTULO EXCECIONAL E TEMPORÁRIO, DA NORMA DO ARTIGO 25.º REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO – PRORROGAÇÃO ATÉ FINAL DO ANO DE 2021 – RATIFICAÇÃO (Ponto 3 da Ordem do Dia): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 4 horas e 38 minutos); fim após: 4 horas e 39 minutos) ----------

7) PROPOSTA N.º 52/2021 – MEDIDAS EXCECIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – ISENÇÃO DE TAXAS – PRORROGAÇÃO ATÉ FINAL DO ANO DE 2021 – RATIFICAÇÃO (Ponto 4 da Ordem do Dia): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 4 horas e 39 minutos); fim após: 4 horas e 40 minutos) ----------

8) PROPOSTA N.º 53/2021 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO – DISPONIBILIZAÇÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE QUOTA-PARTE INDIVISA (1/6) DO IMÓVEL INSCRITO NA MATRIZ DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MEALHADA, VENTOSA DO BAIRRO E ANTES, SOB O ARTIGO 152 - RATIFICAÇÃO (Ponto 7 da Ordem do Dia): ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 4 horas e 40 minutos; fim após: 4 horas e 41 minutos) ----------

9) PROPOSTA N.º 57/2021 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - RATIFICAÇÃO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a

palavra os Senhores Deputados Municipais Ana Luzia Cruz e João Louceiro. --------
1) A Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a intervenção que a seguir se transcreve: ----------
"È de extrema importância a vinculação de pessoal não docente nas escolas. O trabalho de vigilância dos alunos, acompanhamento de alunos com necessidades específicas, entre outras tarefas que têm de desempenhar, não ganha nada com a constante mudança de pessoal precário, que como temos aqui denunciado, cria grande instabilidade e interrupção na qualidade de um trabalho que tem de ser contínuo, permanente e apurado. O contacto com crianças e jovens só perde com as mudanças sucessivas de pessoal não docente. Aqueles que vão embora, já conheciam os jovens que acompanhavam nos espaços fora e dentro da sala de aula (em alguns casos específicos), o trabalho de equipa que acabam por fazer com o pessoal docente no encaminhamento do futuro daqueles jovens, ao fim de uns meses é drasticamente interrompido e com isso perdem-se vínculos e coesão no trabalho realizado; a quem chega de novo é exigido que rapidamente se adapte e interiorize uma cultura de escola, programas de acompanhamento com todos os seus problemas. Perde-se continuidade, perde-se tempo e saímos todos a perder. Portanto, criar mais postos de trabalho nesta área que não sejam precários é sempre uma boa notícia. ----------
De acordo com o que lemos, com a portaria sobre o rácio de 13 de setembro, passa-se de 72 para 75 trabalhadores, mais 3 para compensar situações de aposentação já ocorridas e que virão a ocorrer ainda em 2021, mas é claramente insuficiente, assim a Câmara propõe 7 contratos por tempo indeterminado. Mas são mais 4 a juntar aos 3 definidos pela portaria ou mais 7? ----------
Na área do Turismo, no mapa de pessoal aprovado anteriormente, havia na área do turismo um lugar a prover, neste momento, já não aparece nenhum, foi contratado alguém por avença? Se foi também não foi divulgada na página do município...uma vez que concurso na Bolsa de Emprego Público não existiu." (inicio 4 horas e 41 minutos; fim após: 4 horas e 43 minutos) ----------
Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que no uso da mesma, esclareceu que o *ratio* mencionado tinha sido alvo de alteração e que entre aposentações e a contratação, totalizava os citados sete lugares, sendo que as situações específicas, como a que tem sido abordada nesta sessão, são da responsabilidade inequívoca do Ministério da Educação. Tendo de seguida o Senhor Presidente da Câmara elucidado que relativamente ao Turismo houve um concurso para um funcionário, assistente técnico, mas admitia que possa ter ocorrido um erro de impressão. (inicio 4 horas e 44 minutos; fim após: 4 horas e 46 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------
"Ainda pensámos que este ponto ia cruzar-se com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, mas não… ----------
Na última sessão o senhor presidente deu conta de que estariam criadas as condições para ser atribuído o suplemento de penosidade e insalubridade aos

trabalhadores da câmara. Iria suceder no processamento de vencimentos seguinte e com eficácia retroativa a 1 de janeiro. ----------
Na verdade, não podíamos esperar isso. Temos visto as ordens de trabalhos das reuniões de câmara. Até agora, em nenhuma constou a questão. Ainda não coube ali a atenção que já devia ter sido dada a esta matéria, atendendo a que a Lei do Orçamento do Estado entrou em vigor a 1 de janeiro e estamos a entrar no sétimo mês do ano! ----------
Frontalmente dizemos: tratando-se de um direito dos trabalhadores, a importância que lhe está a ser dada pelos eleitos do PS e do PSD é a que se vê, na câmara, mas também aqui na assembleia. ----------
Uma das disposições do artigo 24.º da Lei do Orçamento do Estado determina que "o empregador público deve identificar e justificar no mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções naquelas condições", isto é, de penosidade e insalubridade. Aquele artigo 24.º também determina "ao executivo, sob proposta financeiramente sustentada do presidente da câmara [...], definir quais são as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, ouvidos os representantes dos trabalhadores e com parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho." Onde está essa proposta, onde está essa definição?! ----------
Os trabalhadores da câmara continuam à espera do processamento do suplemento. Na nossa opinião a espera contraria o próprio espírito do legislador, no sentido de que o que ele previu foi um "suplemento remuneratório atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado" nas condições abrangidas. Isto é, um apoio continuado, decorrente dos dias de trabalho realizados, e não uma prestação que acumula para ser paga e dar nas vistas como se fosse um prémio, um falso presente atribuído pela autarquia. ----------
Uma vez que os presidentes de junta integram esta assembleia, é oportuno também perguntar pelo estado da arte deste assunto nas suas freguesias. ----------
O PCP critica o senhor presidente da câmara por, na última sessão, ter apontado garantias de resolução do problema que, tudo indica, não eram verdadeiras. Serviram para orientar o voto da bancada do PS, que geralmente depende dessas orientações, perante a proposta de moção que o PCP apresentou e em que a assembleia, justamente, podia e devia ter instado o executivo a ser mais diligente numa matéria importante e muito atrasada na aplicação; sabemos que outros eleitos, designadamente os do PSD foram atrás dessa conversa, quiçá porque, tratando-se da exigência de cumprimento de um direito dos trabalhadores, a desconfiança poderá tê-los perturbado. ----------
É de acusar que, lamentavelmente, a moção só teve os votos favoráveis dos eleitos PCP e do BE. Foram os únicos que entenderam que era necessário instar a câmara a tratar da questão que, dois meses depois, ainda está por tratar. ----------
Ter a maioria e ter razão, como já temos dito, não são a mesma coisa e por isso aqui estamos, passou maio, passou junho, o suplemento continua por aplicar e sem

sinais... Os restantes membros da assembleia municipal são coniventes com a incúria ou o calculismo que contaminou este assunto. ----------
Bom... O processamento era para maio, não terá acontecido; em junho também não... Será em julho? Não deixamos de assinalar que, quanto mais próximo das eleições autárquicas o assunto se desbloquear, engrandecido com o acumular de dívida aos trabalhadores, maior será o seu impacto eleitoralista... É disto que se trata, sequestrar o pagamento do suplemento para que ele irrompa como propaganda eleitoral, tão próximo quanto possível das autárquicas? ----------
Tendo o assunto abordado a ver, por omissão, com o mapa de pessoal, concluímos a intervenção com os seguintes apontamentos sobre a proposta de alteração apresentada pelo executivo. ----------
A fundamentação da proposta coloca-nos duas questões. ----------
A primeira é que o reforço previsto pelo governo, através da nova portaria, de março passado, que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, é manifestamente insuficiente para as necessidades, mal dando para compensar as aposentações previstas para o presente ano no Agrupamento da Mealhada. A portaria é da autoria do governo do PS e, mesmo assim, acontece num contexto em que foi por insistência do PCP que teve de admitir e anunciar um aumento de pessoal auxiliar para as escolas, embora agora procure iludir a dimensão do compromisso. Constata-se que o aumento resultante da nova portaria é raquítico! ----------
A segunda questão é que, perante este cenário, a autarquia de maioria PS, comprometida com a municipalização, fica com a batata quente nas mãos. Tem de se atravessar, procurando compensar as unhas-de-fome do governo PS; vê-se obrigada a ser ela a dilatar, por sua iniciativa, o número de postos de trabalho na categoria de "assistente operacional/ação educativa". Salvo melhor opinião, este exemplo confirma o que muitas vezes temos dito acerca da municipalização: com ela, mais do que descentralizar competências, o poder central transfere para as autarquias problemas e insuficiências que deixou agravar; acabará é por não transferir os meios necessários, embora, mesmo que o fizesse, razões fortes haveria para continuar a discordar da dita municipalização. ----------
Terminamos com uma chamada de atenção que não é uma questão de preciosismo, mas sim de rigor. Na caraterização dos postos de trabalho que nos foi distribuída fala-se em "educadores de infância e docentes". Ora, os e as educadoras de infância são docentes, não são um grupo profissional à parte dos docentes. Estranhamos esta distinção que é uma imprecisão de conceitos que sugerimos que seja resolvida: ou falar apenas em docentes, o que envolve educadores/as e professores, ou falar de educadores de infância e professores, mas não, como reza o texto, educadores e docentes." (inicio 4 horas e 46 minutos; fim após: 4 horas e 53 minutos) ----------
De seguida a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que o suplemento consta da Lei e o Executivo pode unicamente dizer aos serviços para aplicar a Lei, mas o que se entendeu fazer foi ouvir as chefias e depois a Entidade de Higiene e Segurança no Trabalho e mais tarde outra

entidades, como a Lei determina. Deverá ir à próxima reunião de Câmara a proposta de atribuir dois escalões do subsídio previsto na legislação, que depois será aplicado. Não tem nada de eleitoralista e que este assunto tem um curso de trabalho, que são os serviços que têm que fazer e não o Executivo. (inicio 4 horas e 53 minutos; fim após: 4 horas e 56 minutos) ----------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que no uso da mesma, disse que daqui se verificava a enorme vantagem do processo de municipalização e que se não fosse a mesma estariam hoje a dizer que o Ministério da Educação ainda hoje não tinha lá colocado uma pessoa, como não coloca para ajudar aquelas crianças que tanto precisam. (inicio 4 horas e 56 minutos; fim após: 4 horas e 57 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 4 horas e 57 minutos; fim após: 4 horas e 57 minutos) ----------

10) REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO MUNICIPAL DA PAMPILHOSA – APROVAÇÃO FINAL: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Rosalina Nogueira, Raul Isidro Rodrigues e João Louceiro. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Rosalina Nogueira, pediu a palavra, e no uso da mesma, iniciou por expressar as dificuldades que o executivo da Junta de Freguesia da Pampilhosa sentiu ao gerir este tema junto dos pampilhosenses ao longo desta tão demorada obra. Continuou por dizer que estiveram atentos e preocupados, acompanhando os desenvolvimentos mas que nada podiam fazer pois não era os donos da obra e sempre souberam que ao longo destas demoradas obras, carregadas de dificuldades e percalços, as diligências da parte do executivo foram as possíveis no contexto inerente de uma obra pública e com os contornos e problemas que as envolvem. Estiveram ao lado dos comerciantes que com resiliência resistiram durante este tempo de requalificação do mercado, alojados em contentores, mantendo assim a sua atividade com todas as dificuldades acrescidas em contexto de pandemia. Finalizou manifestando o desejo de que os próximos tempos sejam favoráveis e que os agentes económicos possam desfrutar o melhor possível deste espaço melhorado e que a vida renasça no mercado. (inicio 4 horas e 58 minutos; fim após: 5 horas) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Raul Isidro Rodrigues, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

"Primeiramente questionando diretamente o sr. presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação da reabilitação do Mercado Municipal da Pampilhosa. Tivemos conhecimento que recentemente a obra esteve novamente parada. ----------

Já várias vezes questionámos o executivo socialista sobre o longo atraso neste processo de reabilitação do Mercado da Pampilhosa. ----------
Lamentamos que o regulamento de funcionamento do Mercado só venha agora à Assembleia Municipal, isto porque se tivesse vindo há mais tempo era sinal que o Mercado já estava a funcionar em prol da dinâmica económica local. ----------
A responsabilidade da obra é do executivo socialista, o único tópico em que podemos intervir é no regulamento interno, e neste ponto a coligação Juntos pelo Concelho de Mealhada não vai criar qualquer obstáculo, uma vez que o que queremos é o Mercado da Pampilhosa pronto e a funcionar. ----------
Contudo alertamos que na última linha da primeira página da nota justificativa do Regulamento Interno do Mercado Municipal da Pampilhosa, é referido: ----------
Este espaço destina-se à comercialização de produtos, quer através de bancas, fixas ou amovíveis ou lojas. ----------
Consideramos que falta referir que também se comercializam serviços, como está plasmado no articulado do regulamento, pelo que devemos acrescentar serviços nessa última linha da primeira página, que propomos que passe a ter a seguinte redação: ----------
"Este espaço destina-se à comercialização de produtos e serviços, quer através de bancas, fixas ou amovíveis ou lojas." (inicio 5 horas; fim após: 5 horas e 02 minutos)
De seguida a Senhora Presidente da Mesa esclareceu que iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e posteriormente submeter à votação a proposta de alteração sugerida. Continuou o Senhor Presidente da Câmara que disse não tinha nada a opor à alteração sugeridas, mas no seu entender não faziam sentido, e quanto ao prazo tem indicação do empreiteiro que a obra terminará em julho, e que não cumprindo o prazo incorre em falta, o que consequentemente acarreta multas. Finalizou dizendo que os comerciantes que já estavam no anterior mercado vão ocupar os espaços assim que prontos e depois colocam em hasta pública os restantes que estejam disponíveis, o que não será difícil com o interesse demostrado. (inicio 5 horas e 02 minutos; fim após: 5 horas e 08 minutos) ----------
Em seguida a Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra disse que iria submeter à votação a proposta de alteração ao Regulamento em discussão, tendo no entanto o Senhor Deputado Municipal Raul Isidro Rodrigues desistido da mesma porque com a redação proposta poder-se-ia depreender que podem ser prestados serviços nas bancas. (inicio 5 horas e 08 minutos; fim após: 5 horas e 11 minutos) -
3) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------
"O PCP acompanha genericamente a proposta de regulamento interno, mas colocamos algumas questões. ----------
A primeira decorre precisamente do texto remetido. Justificam-se as necessidades – que não contestamos, nem acusamos de inoportunas – de elaborar e aprovar o regulamento do mercado, alegadamente por causa da conclusão das obras. Ora, é mesmo verdade que já se verificou a conclusão das obras?! Perguntamos, pois, quando, finalmente, entrará em funcionamento o equipamento? Quando?! ----------

Expressamos o nosso acordo com a visão vertida para a proposta que dá conta da pretensão de que "o mercado complemente a estratégia municipal de desenvolvimento do território, que tem por objetivo o incentivo ao setor primário, nomeadamente a produção agrícola e animal, bem como proporcionar a existência de circuitos curtos de comercialização." Estamos de acordo com esta visão, mas não estamos certos de que essa estratégia exista mesmo e assuma destaque na política autárquica do nosso concelho. Fazemos votos de que a entrada em funcionamento do mercado contribua para tais dinâmicas, o que nunca acontecerá porque sim, mas porque há um esforço consciente e planificado nesse sentido. ----------

Também nos agrada a ideia de que o mercado seja "um espaço dinâmico, com animação e iniciativas permanentes, cumprindo um duplo objetivo, por um lado a modernização de equipamentos urbanos, por outro, a atração de novos públicos e potenciais compradores a esta zona reabilitada." Para o conseguir, no entanto, insistimos numa proposta que já várias vezes propusemos sem, no entanto, obter qualquer retorno: trata-se da necessidade de que a animação e dinamização do espaço não fique entregue ao acaso, ao fortuito, mas que a(s) autarquia(s) trabalhem num plano para a animação e dinamização do espaço. É importante, parece-nos, para que as coisas se façam com intencionalidade, para que as dinâmicas deem frutos e para que o equipamento não acabe desaproveitado, sem centralidade, desinteressante e abandonado. ----------

Na proposta diz-se que para a preparação da proposta de regimento foram ouvidas as "entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente, associações representativas do setor e dos consumidores". Quais foram os interesses em causa que foram identificados e quais as associações representativas do setor, em concreto, que foram ouvidas em audiência prévia? ----------

No articulado da proposta de regulamento, artigo 7.º (Produtos comercializáveis) aparece uma referência à prestação de serviços de "apoio ao estudo"... Porquê, a que se deve? ----------

No artigo 27.º (Funcionamento), n.º 5, estabelece que "[os] operadores económicos estão obrigados ao cumprimento integral do período de funcionamento do Mercado." Pelo n.º 1 do mesmo artigo, o "edifício do Mercado funcionará de segunda a sábado, das 08.00 horas [...] às 20.00 horas [...], podendo as lojas manter o seu funcionamento dentro deste horário." ----------

A exigência é reiterada no artigo 32.º (Obrigações dos titulares das concessões ou outros operadores), alínea c) do n.º 1: "Cumprir o horário de venda ao público fixado para o espaço do Mercado onde se insere e mantê-lo aberto e em funcionamento de forma contínua e ininterrupta, durante o período estabelecido". ----------

Admitindo que possamos não estar a perceber bem o que se pretende com estas disposições, fica-nos a impressão de que elas são demasiado rígidas, demasiado condicionadoras. Por exemplo, um lojista que, por razões da sua atividade e organização tenha, ao longo da semana, um período em que não esteja em funcionamento, por exemplo um dia ou um período de um dia dentro do horário de funcionamento, acabará a ser penalizado? Um operador para o qual não se

justifique, por exemplo, por razão do produto que comercializa, estar na banca das 08.00h às 20.00h, será penalizado? Se não, com base em que norma do regulamento? Isto estará suficientemente claro para todos e equilibrado nas obrigações que estabelece? ----------

Para além dos pedidos de esclarecimento, terminamos com a sugestão de que se proceda, ainda, a uma revisão mais cuidada e minuciosa do texto que contém várias incorreções de português e gralhas de digitação. Um texto deste é para durar: não pode alimentar dúvidas e deve apresentar uma ortografia e uma redação tão sólidas quanto possível." (inicio 5 horas e 11 minutos; fim após: 5 horas e 17 minutos) -------

De seguida a Senhora Presidente da Mesa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Arminda Martins, que no uso da palavra iniciou por dizer que este Regulamento prevê que as pessoas que já estavam no antigo mercado têm lugar assegurado no novo mercado e há um espaço que é ocupado para centro de explicações e apoio ao estudo, daí essa situação estar no regulamento. Continuou esclarecendo que o horário, da forma como está definido, acautela qualquer tipo de funcionamento em qualquer parte das distintas áreas do mercado, porque tendo em conta a questão do mercado semanal, que só ocorre ao sábado e tem um horário específico em que pode funcionar, este tem um início e tem um términus, mas os outros operadores tem liberdade de escolha e determinam o período horário que melhor lhes servir, sendo que há o horário limite das vinte horas. (inicio 5 horas e 17 minutos; fim após: 5 horas e 20 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 5 horas e 20 minutos; fim após: 5 horas e 21 minutos) ----------

11) MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA "ECOPISTA DO ANTIGO RAMAL FERROVIÁRIO DA FIGUEIRA DA FOZ": ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção que se transcreve: ----------

"*O PCP votará contra a celebração deste contrato interadministrativo que é um instrumento para a consolidação e a ocultação de um verdadeiro crime contra a ferrovia em Portugal e, em especial, na nossa região.* ----------

O próprio enquadramento da proposta que é feito recoloca-nos nos antípodas do projeto da transformação do canal ferroviário numa tal "ecovia". Dizer que ele "visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis"; até se fala de aproximação das decisões aos cidadãos, vejam só. ----------

Não se condena quem teve por espinhosa tarefa inventar um argumentário para justificar o projeto, mas denunciamos que as razões avocadas são um delírio, um esforço patético para justificar o injustificável. A reposição da linha, essa sim, promoveria a coesão territorial, favoreceria a solidariedade entre regiões, melhoraria os serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos, para não aduzir mais razões. ----------
Quatro milhões de euros, custo total estimado; custo imputado ao município da Mealhada, quase 900 mil euros. Mais caro seria, bem se sabe, recuperar e modernizar a linha, mas aí não estaríamos a brincar com conceitos de coesão, solidariedade, interesse das populações, racionalização de recursos e desenvolvimento; nem sequer de proximidade de decisões. Aqueles são os custos no total e, no imediato, para nosso município pôr uma lápide tumular em cima da linha Pampilhosa-Figueira; é isso que iremos pagar. O PCP não dá o aval a este atentado, não aprovará a proposta de celebração de acordo e responsabiliza, uma vez mais, PS, PSD e CDS-PP pelo crime. ----------
Não somos só "um poucochinho contra, mas deixem lá, do mal, o menos". Somos mesmo contra por motivos abundantemente expostos e que, infelizmente, não tiveram da maioria do PS e do PSD interesse, mas sim capitulação. ----------
Terminamos com um esclarecimento ao senhor presidente da câmara. Na sessão anterior, quando dissemos que o cumprimento do estatuto do direito de oposição não é muito mais do que uma formalidade, o senhor presidente deu como exemplo de aproximação às propostas do PCP o projeto desta coisa chamada "ecovia". Nada mais errado para tal fim. Se é verdade que o PCP se tem batido, há vários mandatos e sem êxito, como está patente, pela construção de ciclovias no concelho, isso nada tem a ver com a tal capitulação face à destruição da ferrovia que devia estar agora a ser revertida, no âmbito das prioridades de obras públicas e investimentos alegados pelo governo PS. A "ecovia" vai disfarçar e tentar fazer esquecer pela módica quantia de quatro milhões de euros, 800 mil a caberem à Mealhada. ---------
O PCP não vai esquecer nem desistir e fará o que puder para que as populações também não esqueçam." (inicio 5 horas e 21 minutos; fim após: 5 horas e 25 minutos)
Posteriormente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma, disse que o montante que cabe ao Município é de cento e trinta e três mil trezentos e sessenta e nove vírgula noventa e cinco euros pois trata-se de uma obra comparticipada com fundos comunitários e o que calha ao Município da Mealhada é a componente nacional. Quanto à questão da linha ferroviária e da coesão territorial, a mesma seria assegurada por outra Linha, por força de interesses económicos e decisões políticas de outro município que tem toda a possibilidade de as tomar, e que a sua preocupação deveriam ser os mais de oitocentos mil euros gastos em estudos para a criação de um centro logístico nacional que nunca saiu do papel, e que o chamado Ramal da Figueira, que fazia parte da Linha da Beira Alta, foi condenado por interesses económicos e que nesse sentido, com um espaço-canal feito, embora em circunstâncias que têm que ser melhoradas, fez-se uma ecopista, ressalvando-se no entanto que se alguma vez as

Infraestruturas de Portugal precisarem do espaço-canal para recolocar ferrovia, eles farão e terão essa possibilidade, isso estava assegurado. Finalizou sublinhando que o Município da mealhada não estava sozinho no projeto, que contava ainda com os Municípios de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz. (inicio 5 horas e 25 minutos; fim após: 5 horas e 30 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, três votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Ana Paula Ribeiro Coelho, Isabel Maria dos Santos Luzeiro e João Manuel Lima Louceiro e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Isabel Dias Santiago e Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 5 horas e 30 minutos; fim após: 5 horas e 31 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra, que apresentou uma Declaração de Voto, iniciando por expressar enfado relativamente às intervenções do PCP e o repetido teor das mesmas, com o discurso do Comité Central de ataque a tudo e a todos. Prosseguiu, quanto aos riscos do eleitoralismo, dizendo que já existe um posicionamento para as próximas eleições no Partido Socialista e que, tendo em conta a intervenção do Senhor Presidente da Câmara que referiu na mesma a compra de vários imóveis na Freguesia do Luso, mas que na realidade nada se fez, como por exemplo a sala polivalente no cinema, e que essa falta de ideias e projetos são os aspetos que devem ser discutidos, e nos quais o Senhor Deputado Municipal João Louceiro e o PCP se deveriam focar. (inicio 5 horas e 31 minutos; fim após: 5 horas e 35 minutos) ----------

Posteriormente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma, disse que na próxima reunião da Câmara já seria discutido o concurso público da citada sala polivalente, sublinhando que Roma e Pavia não se fizeram num dia. (inicio 5 horas e 35 minutos; fim após: 5 horas e 35 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, que apresentou uma Declaração de Voto, iniciando por expressar confusão relativamente a assistir a sucessivas declarações de voto que na realidade não o são. De seguida sublinhou o seu sentido de voto, dizendo que é absolutamente a favor da

recuperação da ferrovia e que as ecovias não resolvem problemas nenhuns. Terminou referindo que não falaria de outras matérias pois isso não faz parte de uma declaração de voto e que muitas vezes discutiam-se assuntos sem interesse para o Município, sendo muitas intervenções inoportunas. (inicio 5 horas e 35 minutos; fim após: 5 horas e 38 minutos) ----------

12) PROPOSTA N.º 68/2021 - ACORDO DE FINANCIAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL E INTER-REGIONAL - NOVA MINUTA: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Rúben Batista Fernandes, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Iola Marina Gaspar Batista, Cristiana Raquel Alves Duarte, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e dois votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. (inicio 5 horas e 40 minutos; fim após: 5 horas e 41 minutos) ----------

De seguida, e antes de dar encerrada a sessão, a Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra expressar a sua concordância relativamente ao teor das Declarações de Voto nem sempre corresponder ao que deveria mas que a Mesa não conhece o conteúdo das intervenções e que é difícil controlar tal questão e que cabe às pessoas ter essa consciência. De seguida agradeceu a disponibilidade dos funcionários do Cineteatro e todo o trabalho efetuado pelos mesmos. Continuou deixando um agradecimento a todos os membros da Assembleia Municipal, elogiando a sua conduta e postura, reconhecendo também os funcionários que tem acompanhado e prestado apoio às sessões. Finalizou sublinhando que foi um gosto ter uma assembleia palco de algumas discussões em que todos queriam defender os seus pontos de vista, sempre pensando nas populações e nas suas freguesias, sendo que a Mesa fez sempre um esforço em todas as assembleias para que os trabalhos pudessem decorrer da melhor forma, sempre em cumprimento do Regimento, desejando por fim que a campanha que se aproximava possa efetivamente ser um bom debate de projetos e de ideias para todas as pessoas e que que ela sirva para motivar as pessoas a poderem exercer o direito de voto. (inicio 5 horas e 41 minutos; fim após: 5 horas e 46 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 2 horas e 30 minutos,

do dia 30 de junho de 2021, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, no dia dezoito de maio de 2022, pelos Senhores Deputados Municipais que estiveram presentes na Sessão a que a mesma reporta e que têm assento no órgão deliberativo no Mandato 2021-2025, a saber: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, João Manuel Lima Louceiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, em conformidade com o disposto no número 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e com o Parecer n.º 62/2022, de 12 de abril, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal, em funções no Mandato 2021 – 2025. ----------

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

Carlos Alberto Cost Cabral

1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal (Mandato 2021 – 2025)

Maria João Rodrigues dos Santos